



### **Ata nº 17**

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em continuação da sessão ordinária iniciada em 30/09/2022, com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 30 presenças):

Berta Paula Brito Silva Dias (PSD); Guilherme Apolinário Portada (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Rosendo Patrício (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Carlos Alberto (PS); Catarina Rodrigues dos Santos (PSD); Luís Ferreira Guilherme (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS); Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Ana Lúcia Silva Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); Luís Miguel Afonso Agulhas (CDU); Elza Maria Sousa Cunha (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); Artur Clemente Neto Viegas (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); Elisabete Maria Romão Vargues (PSD – representante da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Nuno José Silva Grade (PSD – representante da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

- Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD) – Substituído por Berta Paula Brito Silva Dias;
- Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Guilherme Apolinário Portada;
- Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Álvaro Miguel Rosendo Patrício;
- Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS) - Substituída por Carlos Alberto;



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

- Tiago Botelho Martins da Silva (PSD) – Substituído por Catarina Rodrigues dos Santos;
- António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA) – Substituído por Luís Ferreira Guilherme;
- Emanuel José Pereira Aniceto (CDU) – Substituído por Luís Miguel Afonso Agulhas, que após **tomar posse** ocupou lugar na respetiva bancada;
- Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN) – Substituído por Elza Maria Sousa Cunha;
- João Francisco Calado Espanhol (PS) – Substituído por Artur Clemente Neto Viegas, que após **tomar posse** ocupou lugar na respetiva bancada;
- Bruno Gonçalo Azevedo Lage (PSD - Presidente da União de Freguesias de Faro Sé e S. Pedro) – Substituído por Elisabete Maria Romão Vargues.
- Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (PSD) - Nuno José Silva Grade, que após **tomar posse** ocupou lugar na respetiva bancada

**- Composição da Mesa:** -----

Presidente: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares *(na ausência do titular do cargo)*

1.º Secretário: Cláudia Suzana Silva da Luz.

2.ª Secretária: Berta Paula Brito Silva Dias

**- Membros do Executivo:** -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho, e os Vereadores Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; Teresa Aleixo Almeida Santos; André Lopes Lara Ramos e Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias.

*Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:***

**I - Período Antes da Ordem do Dia;**

**II - Período da Ordem do Dia:**

- 1 – Tratado na reunião de 30/09/2022
- 2 – Tratado na reunião de 30/09/2022
- 3 – Tratado na reunião de 30/09/2022
- 4 – Tratado na reunião de 30/09/2022



5 – Tratado na reunião de 30/09/2022

6 – Tratado na reunião de 30/09/2022

**III.** Tratado na reunião de 30/09/2022

**IV. Moções (continuação)**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** – «Boa noite a todos. Iremos iniciar a sessão de hoje no ponto das Moções e eu passo de imediato a palavra para o grupo parlamentar do PPM para apresentar uma proposta sobre a Circular Sul.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – «Boa noite a todos. Senhor presidente, em substituição, na sua pessoa dirijo-me também a toda a Assembleia.

O PPM apresenta a sua moção de recomendação e em defesa de um projeto futuro, a Circular Sul. Sugere agora o debate da proposta anexa aos membros das diversas forças partidárias e para a recomendação posterior ao executivo. A realização de propostas através de um concurso de ideias para todos os farenses, torna-se fundamental para além dos muitos técnicos das equipas a concorrer.

O traçado da proposta circular sul, infraestrutura fundamental para a cidade de Faro, envolvendo a capital do Algarve, e agora a realizar mas do lado sul e sudoeste, através de outro talude e terraplanagens de enchimento. Esta é uma alameda verde a criar. Seria realizada no prolongamento da anterior proposta do PPM, através do concurso de ideias, como já referi, num contínuo e ao traçado atual desta via a nascente, e que era o Sítio do Bom João e Horta da Área.

Eu, entretanto, vou resumir a minha exposição. Os caríssimos membros têm a minha explanação histórica e vou concentrar-me nos pontos fundamentais desta minha proposta para o lodaçal e aterros de lixo que existem em toda a cintura de Faro. Essa conquista é para despoluir totalmente o local, tal como se fez há cem anos, em Olhão, com a criação do seu amplo mercado e os jardins dos pescadores, a nascente e a poente. Limites da Ria Formosa, colmatados hoje pelo emolduramento dos espaços para múltiplas marinas, criadas para barcos de recreio e à vela. Tal como feito em Lagos, a sua marina, o seu calçadão e a sua marginal com magníficas palmeiras e



vegetação. E tal como foi feito em Portimão, e tal como se foi realizado em Vila Real de Santo António, por Quarteira.

A criação de vias cicláveis no meio da faixa verde criada, passeios pedonais ou calçadas, pontos para exercícios físicos, entroncando na via litoral ciclável, já existente, da Horta da Areia e, igualmente, com a próxima ligação ao ainda projeto da via pedonal e ciclável até Olhão. O município do Olhão já realizou a sua parte. A circular sul promete não excluir a hipótese de um parque automóvel na doca, coberto, e coberto por um espelho de água salgada em vez da atual doca. Recorda-se que o projeto da futura marina é do lado exterior. A colmatação da doca e, sobretudo, toda a área da circular sul por aterro teriam benefício patrimonial inestimável, que evitaria a infiltração futura de água salgada, que, por osmose, vai agravando os monumentos como o Castelo, a Sé, o Palácio Episcopal, o Convento Nossa da Conceição, atual Museu, etc. etc. Para além das edificações notáveis de toda a Baixa de Faro.

A circular sul ainda promete a desconcentração de todo o estacionamento automóvel e no único ponto do Largo de São Francisco, hoje a decorrer a Feira de Santa Iria. E esse Largo de São Francisco, que é uma joia urbanística do Algarve, contem em si os principais monumentos como o Castelo, a Igreja de São Francisco, Barroca, o Convento de São Francisco. Com a diluição do parqueamento pela Baixa e no prolongamento da Alameda, a criar, ligado ao atual passeio ribeirinho, melhora-se ambientalmente a futura circular sul, hoje invadida de objetos estranhos à panorâmica pela colocação de catenárias e tirantes e de cabos de eletrificação da linha ferroviária.

Por fim, todo este espaço urbano criado tem de ter um dono, atualmente não existe um dono de toda esta área que eu falei, constitui uma área extremamente poluída e fétida, nauseabunda, malcheirosa, não pode ser uma capital turística com uma moldura destas.

É um desejo que eu tenho há muito tempo de apresentar este projeto, porque vai servir exatamente de filtro para essa área toda.

Para o efeito, alertava o senhor presidente da Câmara para chamar a si o domínio público municipal de toda esta superfície que vai ser intervencionada.



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

### **Texto da Recomendação**

Moção de recomendação

#### **“ALAMEDA CIRCULAR SUL”**

Local : Doca de Faro , Castelo , Largo S. Francisco , Cais Neves Pires

Em primeiro lugar realçar a obra imensa realizada nos sapais por toda a Ria Formosa ; milhares de quilómetros de taludes; represas, salinas, diques, caldeiras, moinhos de marés ... que, só na zona de Faro, tiveram início nos anos 1940 com a construção do aterro do Porto comercial através duma enorme conquista ao sapal da Ria. Para além desse enorme aterro, simultaneamente, foram realizados os taludes e terraplanagens de acesso com cerca de 1 Km, constituindo hoje o seu arruamento principal alcatroado.

Este feito do tempo do Eng. Duarte Pacheco, foi realizado com os barros das escavações que se fizeram para a implantação do Liceu João de Deus. Esta obra de engenharia, o Porto comercial, teve uma importância impar para a capital. Antes, o porto de Faro situava-se na atual doca e, como prevemos ainda ser o mesmo sítio no tempo da “*Ossonoba*” romana.

Paralelamente, outra grandiosa obra do tempo do Gen. Humberto Delgado, o Aeroporto, nos anos 1960, foi adaptado junto a outra obra complementar; o atual talude (pedra aparelhada e terraplanagem de barro) e de acesso à ponte da ilha de Faro, com cerca de 1 Km de estrada alcatroada, e ainda hoje constituem o principal acesso à praia. Essa conquista deveu-se às toneladas de matérias de barro resultantes da terraplanagem para a implantação da pista do aeroporto, e genialmente integrados na obra atrás descrita.

Identicamente, e há mais de 100 anos, já se tinha construído a “muralha” constituída pelo extenso talude ou represa, apenas aberta no sítio da doca (ponte metálica rotativa). O “perret” (termo técnico do talude), feito em alvenaria de pedra e da antiga ferrovia da CP, margina a Ria por limite sul-sueste, bem como a ponte metálica pivotante à entrada da doca.

Ainda referir, o entulhamento mais recente e, nos anos 1960, do Largo de S. Francisco com material da enorme terraplanagem realizada no Largo da Sé. Relembro que as águas das marés altas invadiam o antigo Largo de S. Francisco e, até aos alicerces do seu Castelo Romano-Bizantino-Islâmico.

No âmbito da Comissão de Planeamento e Mobilidade, e também das comissões anteriores sobre mobilidade, e ainda outras recentemente criadas, integrando as obras que o executivo já realizou em Faro para bem da Mobilidade geral e requalificação espacial (Av. Gulbenkian [pistas cicláveis], Estrada de Olhão [estacionamento, árvores], Largo da Palmeira [passeios, esplanadas, árvores], Largo de S. Pedro [passeios, esplanadas e, rampa], Largo Pé da Cruz



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

[passeios, árvores, esplanadas], etc.), limitando ou condicionando a circulação automóvel numa política em favor dos peões ou para vários e criativos mecanismos cicláveis. E tal como os planos e projetos de pormenor previstos para a cidade (quilometro cultural, Alameda, Mata do Liceu e outros), todos enquadrados no Plano geral para a Mobilidade.

Esta nova proposta de zona verde e, para novo “Plano de pormenor” sobre a “**Alameda circular sul**”, vem na sequência da anterior proposta aprovada por esta Assembleia Municipal (criação de área verde no limite do Bom João e Horta da areia) e, constitui ainda uma oportunidade para ser iniciada com este executivo mas, votada a um próximo governo municipal, no âmbito da designada “via circular sul” (no prolongamento do troço já existente), e, cujo novo traçado permitiria também criar ;

-Outro grande espaço verde com a reposição de centenas das tradicionais palmeiras e, integrando a futura marina para barcos de recreio (exterior à doca), de embarcações, e sobretudo, à vela. Esta última valência esteve impedida de transformar a doca em uma verdadeira marina há mais de meio século.

-A acessibilidade de toda a baixa de Faro com o desanuviamento de trânsito, quer por barlavento, quer por sotavento, evitando os atuais afunilamentos e a densificação de trânsito em certos locais capilares da baixa interior.

-A criação de mais áreas exteriores em calçadas de calcário (passeios, vias cicláveis, esplanadas) e, empedrado de sienito (arruamento tipo alameda) e estacionamento panorâmico pontual de acordo com a tradição local (para limitação da velocidade de tráfego), e que interligasse o trânsito vindo do viaduto feito no tempo do presidente Luís Coelho e, hoje, só de acesso atual ao Porto comercial.

Esta “âncora” urbanística (Alameda circular sul) e, junto com o futuro projeto e infraestrutura portuária turística (Porto de cruzeiros) outra “âncora” necessária, tornam-se simultaneamente mais viáveis pelas operações complementares construtivas necessárias. E, ainda permitia;

-Completar o resto da via circular sul até à zona já terraplanada da estação de caminhos de ferro (Passeio Ibn Harun), e futura ligação ao arruamento de acesso ao passeio ribeirinho.

Referir ainda que a circular sul promete;

-A desconcentração de todo o estacionamento automóvel e no único ponto do Largo de S. Francisco com os principais monumentos do Algarve como o Castelo, Igreja e Convento de S. Francisco. Com a diluição do estacionamento pela baixa e, no prolongamento da Alameda a criar ligada ao atual passeio ribeirinho, melhora-se ambientalmente a futura circular sul,



*Assembleia Municipal de Faro*  
*06/10/2022*

*Ata nº. 17*

hoje invadida de objetos estranhos à panorâmica pela colocação de catenárias e tirantes dos cabos de eletrificação.

-Não excluir a hipótese de um parque automóvel na doca, e coberto por um espelho de água salgada em vez da atual doca. Recorda-se que o projeto da futura marina é exterior. A colmatação da doca e sobretudo toda a área da circular sul por aterro, teria um benefício patrimonial inestimável, evitando a infiltração futura de água salgada, e, por osmose, preservando os monumentos como o Castelo, a Sé, o Palácio episcopal, o Convento N. S. da Conceição (Museu), etc. etc. para além das edificações notáveis de toda a baixa de Faro.

-A criação de vias cicláveis no meio da faixa verde criada, passeios pedonais ou calçadas, pontos para exercícios físicos, entroncando na via litoral ciclável já existente na Horta da areia e, igualmente, com a próxima ligação ao ainda “projeto” da via pedonal e ciclável até Olhão [já realizada em parte pelo Município de Olhão].

-A conquista ao fétido lodaçal e aterros de lixo, e despoluir todo o local. Tal como se fez, há cem anos, em Olhão, com a criação do seu amplo Mercado e, os jardins do Pescador a nascente e a poente, limites da Ria Formosa colmatados hoje pelo emolduramento de espaços para múltiplas marinas criadas para barcos de recreio e, à vela... tal como foi feito em Lagos, a sua marina e, a sua marginal com magníficas palmeiras e calçada... e tal como em Portimão... e tal qual foi realizado em V. R. de Stº António... por Quarteira...”

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Muito obrigado, senhor deputado. A Mesa recebe inscrições para intervenção.

**O membro da AM, António Miranda (PS)** - «Boa noite, senhor presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

O Partido Socialista é com agrado que ouve todas as propostas que o PPM traz aqui sobre melhorar a nossa cidade, embelezar zonas que de facto precisam de requalificação. E só por esse motivo, o PS, obviamente, acompanharia estas propostas que são feitas no sentido de melhorar a cidade com mais espaços verdes que tanto precisa. No entanto, parece-nos que algumas destas propostas, de alguma forma, aparecem em avulso, No caso concreto, o PS tem alguma dificuldade em acompanhar a exequibilidade de algumas destas propostas, nomeadamente aterros para cima da Ria Formosa, e até a sua possibilidade de em termos dessas propostas serem enquadráveis no plano de ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Temos algumas dúvidas sobre isso.



E o PS eventualmente vai-se abster nesta proposta, porque relativamente também aos espaços verdes gostaríamos de ver um planeamento mais composto, ou seja, não por ações individualizadas, mas um plano, uma programação de requalificação verde e de espaços verdes para toda a cidade e não questões avulso.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** - «Boa noite.

Gostava de dar nota de três ou quatro aspetos que nós consideramos relevantes, na CDU, relativamente a mais esta iniciativa do membro Vítor Cantinho

Em primeiro lugar, um facto: desde 2005 que se arrasta a revisão do Plano Diretor Municipal. Já lá vão dezassete anos, é uma gravidez prolongada, pelos vistos de risco, porventura perigosa, não sei se vai ser com cesariana ou não, mas calmos e pacientes, um dia há de chegar a vez de nós termos concluída a primeira revisão do Plano de Diretor Municipal.

Outro facto relevante, de há décadas para cá, todas as autoridades governamentais, governamentais desconcentradas, municipais, estiveram-se marimbando para tudo que o está a sul da linha de caminho de ferro. À parte, umas veleidadezitas sobre o tirar dali a linha ou não tirar da linha. Como se aquilo fosse uma coisa que, do dia para a noite, a gente chegava ali, por vinte cintos tostões, tira-se a linha e vai-se pôr no sítio qualquer... O meu barquito já pode entrar e sair da doca a qualquer hora, que é um grande inconveniente para a comunidade farensense...

Outros problemas um bocadinho menores, como é, por exemplo, o caso do nosso companheiro Vitor Cantinho que não gosta de nada das catenárias. Embora os Algarvios de Sotavento precisem muito da eletrificação da linha e da maioria do equipamento que serve a linha. Já sei que o Vitor Cantinho não vai andar de comboio nos tempos mais próximos, por causa de eletrificação da linha. Mas... ele vai buscar ali algumas histórias giras, meritórias, que honram os nossos antepassados e que nos deviam envergonhar a nós hoje. É a tremenda imundice, o tremendo abandono, é o abandono do Porto Comercial, uma infraestrutura importantíssima para o futuro, em todas as suas potenciais valências, é a potencialidade ou não-potencialidade de produzir sal ali, aonde, como, quando, quem...



É a possibilidade e a necessidade – acrescento eu – de continentalizar muito o território, banhado pela água salgada, honrando aquilo que os nossos antepassados souberam fazer e bem, e nós não somos capazes, somos demasiado pequeninos para isso, temos muito medo das borboletas esvoaçantes que andam por aí... Moram ali muitas famílias, miseravelmente abandonadas; há ali algumas atividades comerciais e industriais miseravelmente abandonadas, há ali resíduos de edifícios, estão num estado que deviam envergonhar todos os farenses e deveriam envergonhar todos nós aqui.

E o que é que nós fazemos? O que é que nós queremos fazer? Os nossos olhos estão virados para onde?

Eu acho que em tempos esta Assembleia Municipal já foi lá ver o estado dos cães. Uma ofensa às pessoas, uma ofensa às atividades... eu há questão de um quarto de hora, estive lá cinco minutos (fui buscar o meu neto) ia sendo mordido por mais de uma centena de mosquitos! É evidente que isto não se sente muito na rua de Santo António e noutros sítios da cidade. Talvez seja tempo que uma das comissões criadas vá lá, pise aquele chão, vasculhe aquilo, fale com as pessoas, veja o que é que lá está de deplorável e que nós tenhamos a coragem – seja o que o futuro nos reservar daqui a cinco, dez, quinze ou vinte anos – tenhamos a coragem de já, imediatamente, limpar aquilo! É o mínimo que se nos exige.

E se a comunidade de Farenses não é capaz de nos exigir isso, acordemos a comunidade de Farenses! Basta de andarmos a dormir pelas mesas dos cafés, tenhamos a coragem de fazer aquilo que é necessário fazer e nós temos a obrigação de fazer. Obrigado.»

**O membro da AM, Luís Guilherme (Chega)** - «Sobre este projeto e esta moção que o PPM apresentou, vemos aqui imensas virtudes, virtudes que poderiam ser discutidas, que poderiam servir de uma belíssima base de trabalho para o futuro de todos os terrenos da zona sul, da linha de caminho de ferro. Nós vamos votar favoravelmente esta moção e achamos que também na respetiva comissão deveríamos debruçar-nos sobre ela.»

**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** – «Em relação a esta moção, apesar de haver algumas propostas que têm pernas para andar, o MPT vai-



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

se abster, devido a duas razões. Primeiro, é questão dos aterros. E a segunda: acabar com a Doca, o único espaço que temos dentro da nossa cidade e que alegra, quebra um bocado a parte urbana, virando a cidade para a Ria Formosa, mesmo que seja entre paredes, acabar com ela para fazer um estacionamento, acho que não é razoável.

Por isso, neste caso, vamo-nos abster porque achamos que há muitas ideias que se podem evitar.

Em relação à linha de comboio, o MPT, aqui há uns meses atrás, levantou a questão das catenárias. Por acaso, não era eu que estava aqui, era o Filipe Nascimento, e a moção foi rejeitada. Quando defendíamos outras soluções, ou até onde é que devia ser posta a eletrificação da linha, onde é que ela devia acabar e onde devia começar, e soluções para que as pessoas pudessem apanhar o comboio do outro lado. Foi rejeitada, fomos os primeiros a falar nisso, agora vemos muita gente na internet, e mesmo aqui, a falar naquela aberração e aquele travão, aquele cadeado, que vão pôr à nossa cidade por muitos e longos anos.

É claro que as pessoas que estão pertencem, de alguma forma, à linha de comboio, ou que dependem dos seus postos de trabalho dali, estão muito a favor daquilo, mas, digo-vos já, que é mais uma aberração que vamos ter ali, olhando de dentro da ria para a cidade, é mais uma monstruosidade. Mas pronto, é difícil virar Faro para a Ria Formosa, é muito difícil. Cada vez as nossas costas estão mais viradas para lá.

Para concluir, mais uma vez, vamo-nos abster nesta moção.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** - «Boa noite a todos.

Esta proposta, de facto, tem alguma frescura (pode-se dizer assim, funciona como se fosse um mar de ideias inocentes, até diria, mas interessantes. No entanto, a questão fundamental aqui prende-se, essencialmente, com a exequibilidade, que efetivamente não nos parece possível, e depois prende-se também com o facto de que o próprio Executivo (daquilo que eu me recordo) tem dois projetos já bastante adiantados, que já traduzem em grande parte, pelo menos, não é uma Circular Sul mas será um passadiço que julgo que vai ligar até ao Largo de S. Francisco, e haverá também algumas passagens inferiores que irão fazer a ligação entre a zona entre a zona interna e a zona



externa. E presume-se que esses projetos já terão sido estudados com as entidades, portanto neste caso não têm aterros, não sofrem destes problemas das questões ambientais a que temos que atender, ainda para mais numa altura problemática de alterações climáticas.

Portanto, a bancada do PSD vai-se abster por estas razões, mas efetivamente, na essência, esta circular-sul já está em parte materializada nos projetos que o município já executou e penso que até já terá aprovado junto das entidades. E portanto é neste sentido que nós vamos votar pela abstenção. Obrigada.»

**O membro da AM, Elza Cunha (PAN)** - «Boa noite.

Em relação a esta proposta do PPM, achamos que há seguramente uma vontade de melhorar as situações que existem de abandono, de sujidade, enfim, de degradação de todo aquele espaço. Contudo, preocupa-nos imensamente a questão aí referida sobre aterros a efetuar, sobre a questão da doca também ser alterada para estacionamento e, nas circunstâncias que vivemos, na emergência climática que vivemos, no risco que até a humanidade corre, sob o ponto de vista dos danos que o aumento da temperatura tem estado a acontecer, em virtude da nossa ação humana, achamos que qualquer atitude que se tenha que vá prejudicar o meio ambiente, neste caso a Ria Formosa, é de todo de banir. Por esse motivo, não conseguimos acompanhar e iremos votar contra. Muito obrigada.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** – «A Mesa não regista mais intenções de intervenção, vamos passar à votação.

O Sr. Presidente da Câmara pede-me a palavra, mas votamos primeiro e depois dou a palavra ao Sr. Presidente.

### **Resultado da votação da Recomendação apresentada pelo PPM**

Votos contra – 03 (01CDS, 01BE, 01PAN)

Votos a favor – 05 (01PPM, 03CDU, 01CH)

Abstenções – 22 (10PSD, 09PS, 01CDS, 01IL, 01MPT)

A Recomendação foi aprovada por maioria.



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que, sobre esta matéria, quer prestar um esclarecimento à Assembleia. Sr. Presidente, tem a palavra.

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre este tema, tendo em conta que estamos num novo mandato com membros da Assembleia novos, queria mostrar-vos um *powerpoint* que apresentei aqui, na Assembleia Municipal, no dia 12 de fevereiro de 2021. No mandato anterior, partilhei com os membros da Assembleia um conjunto de projetos que estávamos a desenvolver. Só vou aqui mostrar aqueles da Frente Ribeirinha para que todos de alguma forma fiquem a conhecer, não em pormenor, mas que pelo menos tenham uma ideia daquilo que estamos a fazer relativamente à Frente Ribeirinha. E dizer que estamos neste momento a desenvolver um projeto para uma doca exterior, na continuidade da atual doca. Isto é um projeto que já foi contratualizado com uma equipa e está numa fase já final, já temos os pareceres de todas as entidades, coisa que levou quase três anos, mas que estamos já no projeto de execução, a doca exterior.

Depois, estamos a fazer uma Frente Ribeirinha, que começa no teatro municipal. Aquela primeira figura que vemos é um projeto que está a ser desenvolvido para criar uma passagem superior, eliminando a passagem de nível junto ao teatro. Esta foi uma imposição das Infraestruturas de Portugal, REFER, que está lá incluída, para poder aprovar os projetos que estamos a fazer do outro lado, na medida em que com os projetos da frente Ribeirinha, algum trânsito vai estar do outro lado, eles querem fazer isto. Isto foi assinado um protocolo com a Infraestruturas de Portugal, no dia da cidade, penso que em 2020, não tenho bem a certeza, mas foi no dia da cidade que assinámos um protocolo em que nós desenvolvemos e pagamos o projeto e esta obra é feita depois pelas Infraestruturas de Portugal. Nós tínhamos negociado acabar com as passagens de nível do Teatro, da Capitania e das Portas do Mar, pagando 50% o Município e 50% as infraestruturas de Portugal. Por uma questão até financeira, de cabimento, acordámos que esta obra que será realizada pelas Infraestruturas de Portugal é toda paga e as outras que vão ver nos outros projetos, estão incluídas nos nossos projetos e serão pagas pelo Município. Portanto, há



aqui um gabinete que está a fazer este projeto que começa na Calouste Gulbenkian e passa para o Parque Ribeirinho, superior, eliminando a passagem de nível inferior, e depois estamos a requalificar a rua que vai desde o Teatro até a Doca, a sul da linha, aliás, desde o dia 2 deste ano, essa rua, num protocolo que nós assinamos com as Infraestruturas de Portugal e que teve aqui a sua aprovação também, essa rua passou a ser gestão do Município, ela é propriedade das Infraestruturas de Portugal, no âmbito da Refer.

Portanto, o que estamos a fazer começa no Parque Ribeirinho, é a requalificação dessa rua; tem depois a Doca Exterior com um passadiço e depois aí acaba o primeiro gabinete e depois temos um segundo gabinete, que está a fazer um passadiço de 10 metros de largura desde essa Doca exterior até ao Largo de São Francisco, com três passagens inferiores (depois já mostro aí também a fotografia), uma passagem inferior por baixo da linha junto à capitania, eliminando aquela passagem de nível que lá está; outra passagem inferior nas portas do mar, eliminando a passagem de nível que lá está, e uma terceira passagem inferior por baixo da linha para ligar esse tal passadiço ao Largo de São Francisco. Hoje não existe essa mesma passagem, aliás, esta segunda fotografia é uma maquette, ao fim ao cabo, de uma parte dessa passagem inferior.

O Largo San Francisco será todo ele requalificado e adaptado a esta nova realidade.

Esta é uma outra fotografia do espaço, aqui a passagem inferior que vai passar por baixo da linha. Vamos ter dois pontões, um no Largo de S. Francisco e outro nas Portas do Mar. Este é o novo que não existe e que será junto ao Largo de S. Francisco, também junto àquela passagem subterrânea e aqui será o das Portas do Mar que terá outro pontão, idêntico anterior, muito maior, criando aqui melhores condições, tanto de acessibilidade como para os barcos que lá passam e terá também esta passagem subterrânea, ali junto às portas do mar.

Aqui uma figura daquilo que vai acontecer quando estiver tudo pronto.

Uma outra, que é junto à doca exterior; o espaço requalificado tanto deste lado como do outro onde vai ter um edifício de apoio.



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

O terminal rodoviário que fica a norte da linha de caminho de ferro e que entra neste projeto.

Aqui outra vista, aqui ainda junto ao teatro, isto também junto ao teatro.

Queria só dar uma outra nota também. Na Horta da Areia há um grupo que adquiriu já uma parte significativa daquela área, e que nos pediu, e já assinámos, um contrato de urbanização de toda aquela área. E, portanto, eles estão a fazer isso, com termos de referência feitos pelo município, aprovado em reunião de Câmara, mas eles estão a fazer o plano de urbanização de toda a Horta da Areia. Queria só partilhar convosco isto, Muito obrigado.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – Declaração de voto** «Eu segui a orientação da minha bancada, mas quero testemunhar ao arquiteto Cantinho, o estímulo, a persistência e o combate que faz por estas coisas da cidade, nas quais eu me enquadro perfeitamente. Tenho pena é que elas não possam efetivamente avançar.

É verdade que eu disse aqui na última Assembleia que não havendo, ou não se procurando uma alternativa da parte do maior partido de oposição nesta sala, nós temos que continuar.... Por favor, eu quando falo não me dirijo a ninguém em concreto, nem a nenhuma pessoa, porque eu sou incapaz de atacar pessoas.

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** – Sr. Gameiro, prossiga com a declaração de voto, por favor.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** - «A minha declaração de voto é esta. É que nós, efetivamente, com base no que o Cantinho efetivamente referiu, um conjunto de situações, nós temos na nossa cidade, e o Sr. Presidente da Câmara sabe disso melhor do que eu, nós tivemos que resolver um problema grave. Isto é uma declaração de voto, política, tivemos que compor a situação da Câmara a nível financeiro. E fizemos quatro ou cinco intervenções muito importantes na nossa cidade, o Crematório, o Parque Ribeirinho e o Parque de Campismo. Fizemos a Alameda e fizemos a Mata do Liceu. Está concluída. Falta-nos, calma e serenamente, dada a falta de alternativa política a este conjunto de forças que aqui estão do meu lado



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

esquerdo, porque esta coisa de aqui se falar, como o meu caríssimo engenheiro Mendonça...

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** – «Sr. Gameiro, rogo-lhe que prossiga com a declaração de voto...»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** - «Sr. Presidente, eu estou a fazer uma declaração de voto, não sei o que tempo é que tenho! A única coisa que peço é que me diga o tempo e eu, dentro do tempo, faço! Vou terminar. Há um conjunto de situações que a bancada do PSD nota com muita certeza que o Presidente da Câmara fez aquilo que concretizou no âmbito dos planos da atividade e orçamentos que aqui aprovamos.

Está na altura de virarmos a página. Isto é: mais cuidado com o interior da cidade, em termos de buracos, de passeios, dos espaços de jardins e etc. Agora, estes projetos que não temos, que não há alternativa, nesta Assembleia Municipal de nenhuma força, gostávamos que efetivamente parte deles fossem efetivamente concretizadas neste mandato. Pelo menos uma parte, porque sabemos que ela é muito grande. Agora, temos que ver uma parte daquilo até o final do mandato, nesta cidade, e estou convencido que o Rogério Bacalhau é o Presidente da Câmara que pode efetivamente fazer isso. Disse.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** – «Muito obrigado, Sr. Gameiro.

Vamos prosseguir com a nossa reunião e vou passar de imediato a palavra ao grupo parlamentar da CDU para a apresentação da Moção – Pela tomada de medidas urgentes para combater o aumento do custo de vida.»

**O membro da Assembleia Municipal, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de freguesia de St<sup>a</sup>. Bárbara de Nexe** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa, em exercício.

Vou apresentar a moção, mas antes em 30 segundos, queria dizer que eu gostava que, de uma vez por todas, nós nos esforçássemos para saber onde estamos. Nós não estamos em nenhuma Assembleia Legislativa, não há aqui nenhum deputado, nós somos membros de uma Assembleia. Os únicos deputados que existem, à luz da lei portuguesa, são os membros das



Assembleias Legislativas, a Assembleia da República, e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Portanto, quando nós andamos aqui a tratar-nos como deputados, acho que fica-nos mal, ou queremos ser mais importantes do que aquilo que nós somos, ou algo assim. E eu gostava, então, que nós todos fizéssemos esse esforço de acabarmos com essa coisa de senhor-Deputado-para-aqui-senhor-Deputado-para-ali, porque nós não somos deputados. Somos membros de uma Assembleia Municipal, e deveremos fazer o melhor que soubermos para defender e desenvolver o nosso município.

Passaria, então, à moção.

Nós estamos perante um aumento do custo de vida, todos nós percebemos isso no dia a dia, inflação 6,9%, que o INE já veio dizer hoje (vinha a ouvir no carro) que vai ser acima das previsões do Governo, 7 e tal por cento. Temos aumentos brutais na alimentação, na energia, nos empréstimos bancários. Temos uma situação social e económica a agravar-se exponencialmente de dia para dia, e somos, por outro lado, confrontados com notícias de milhares de milhões, milhões de lucros, mais lucros, lucros extraordinários, subida de lucros em relação ao ano passado, em 6 meses, 324 milhões, 158 milhões, 510 milhões, 327 milhões... Estamos a falar da Jerónimo Martins, Sonae, EDPs, Galpes, Altices, etc. Uma notícia recente diz “lucros das cotadas na Bolsa dispararam 86% no segundo trimestre à boleia da inflação”.

E, entretanto, há distribuição de dividendos também sobre as empresas cotadas a níveis estratosféricos, 71% dos lucros aos acionistas. E nós temos, então, como a grande medida até este momento, 125 euros por adulto, 50 euros por criança, de uma só vez, no mês de outubro. Há muita gente que pensa que é todos os meses, mas muita gente mesmo. Há muitos velhotes que vêm falar comigo preocupados, porque recebem, através de um vale postal – que não vão receber neste mês, vão ter às finanças ou à segurança social, pôr lá o número de uma conta bancária, poderão vir a receber posteriormente, mas desta vez não vão receber. Mas há muita gente que pensa que vai receber 125 euros durante os próximos meses, todos os meses. Obviamente, esta informação também não foi sugerida que assim fosse, mas as pessoas assumiram isso.



António Guterres (Secretário-Geral das Nações Unidas), 3 de agosto, solicita a todos os governos que tomem medidas para tributar luxos excessivos. É imoral que estas empresas atinjam luxos incríveis através dos mais pobres. Coisa que, aliás, alguns países de Europa já decidiram fazer, desde os sociais democratas, até liberais.

Então, o que nós propomos é que a nossa Assembleia Municipal de Faro delibere instar o nosso Governo Nacional a tomar algumas medidas urgentes. Criar um imposto extraordinário sobre os lucros excessivos dos grupos económicos; aumentar salários, reformas e pensões, de forma a recuperar o poder de compra perdido pela inflação; fixar preços máximos de bens considerados essenciais, como os bens alimentares, eletricidade, gás e os combustíveis; fixar tetos máximos para a atualização das rendas.»

### Texto da Moção

#### **Moção**

#### **Pela Tomada de Medidas Urgentes para Combater o Aumento do Custo de Vida**

A presente sessão desta Assembleia Municipal decorre numa altura em que se assiste a uma escalada exponencial do aumento do custo de vida. A inflação atingiu, em agosto, 6,9% (valor mais alto desde finais de 1992) e, se contabilizada entre esse mês e agosto de 2021, então aí o valor acumulado foi de 9%. A medida recentemente aprovada pelo Governo de atribuir uma prestação única e isolada no valor de 125 € para trabalhadores que auferiram salários até 2.700 € não chega sequer para cobrir metade da perda do poder de compra do presente ano.

Por outro lado, as dificuldades dos trabalhadores e do povo, contrastam com os lucros dos grandes grupos económicos que não param de crescer, desde ainda antes da epidemia da COVID-19. A título de exemplo, atentemos nos lucros de algumas das maiores empresas a operar em Portugal, nos primeiros nove meses de 2021, em comparação com o ano de 2020 (em milhões de euros): Jerónimo Martins +324, SONAE +158, EDP +510, Galp +327, principais bancos +100, NOS +30,5, Altice Portugal +550,7.

Já no primeiro semestre do presente ano, os lucros dispararam: veja-se, por exemplo, que *“Lucros do PSI disparam 86% no segundo trimestre à boleia da inflação”*, como noticia o jornal ECO (4-08-2022). Já em março deste ano o mesmo jornal noticiava que *“Cotadas do PSI-20 pagam dividendos recorde. Entregam 71% dos lucros aos acionistas”*.



A guerra na Ucrânia e as sanções que a acompanham servem de pretexto – tal como a epidemia da COVID-19 o foi - para o grande capital continuar a especular, aumentando constantemente os seus lucros, enquanto a maioria dos trabalhadores e do povo vê o custo de vida a aumentar, com as consequências que daí decorrem.

É de registar que o próprio secretário-geral das Nações Unidas, no passado dia 3 de agosto, instou os governos a taxarem os lucros excessivos das petrolíferas, considerando “imoral que as empresas de petróleo e gás atinjam lucros incríveis através dos mais pobres, com custos maciços para o clima. Apelo a todos os governos que tributem estes excessos e apoiem os mais vulneráveis.”

É urgente a denúncia e o combate à inflação, à especulação e ao modelo de baixos salários atualmente em vigor em Portugal e a Assembleia Municipal de Faro não pode ficar indiferente e deve tomar uma posição clara sobre este flagelo, que acaba de colocar o nosso país na 8.ª posição na lista de países europeus com maior risco de pobreza ou exclusão social.

Pelo que os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Faro, reunida em 30 de setembro de 2022, delibere instar o Governo a tomar medidas urgentes para combater estes problemas, nomeadamente:

- **Criar um imposto extraordinário sobre os lucros excessivos dos grupos económicos, de forma a distribuir a riqueza que em Portugal se produz de forma mais justa;**
- **Combater o aumento do custo de vida, aumentando salários, reformas e pensões de forma a repor o poder de compra absorvido pela inflação;**
- **Fixar preços máximos de bens considerados essenciais, tais como bens alimentares, a eletricidade, o gás ou os combustíveis;**
- **Travar o aumento das rendas e empréstimos da casa, fixar tetos máximos para a atualização das rendas;**
- **Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, à Assembleia da República, ao Presidente da República e aos órgãos de comunicação social.”**

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** - «Muito obrigado, Senhor Presidente, em exercício.

Quando a CDU elaborou esta moção, certamente não estava à espera que a Iniciativa Liberal a acompanhasse. Obviamente que o meu sentido de voto vai contra.



Mas já que até referiu uma citação, por parte do secretário-geral das Nações Unidas, a afirmar que é imoral que as empresas de petróleo e gás atinjam lucros incríveis através dos mais pobres, com custos maciços para o que clima. Está na moção. A questão é que o mercado português da eletricidade funciona completamente diferente dos restantes europeus.

Existe, inclusivamente, um mecanismo aprovado de estabilização de preços, que se chama mecanismo ibérico, que, neste caso, limita o preço da eletricidade e limita os lucros extraordinários. Não sei se sabe como é que funciona, mas neste caso é por um leilão em que a procura e a oferta se tem que equilibrar. À melhor oferta, neste caso, é atribuído ao vendedor. Quando falamos em lucros excessivos na eletricidade, ou as receitas inesperadas, como são designadas, isto deve-se a este mecanismo de leilão, que se chama *merit order*, ou seja, ordenação do preço por tipo de oferta. O que é remunerado mais não é o gás, neste caso, como tipo de produção de eletricidade, mas sim as renováveis.

E neste caso, porque como são todos os tipos de eletricidade que são remunerados ao preço do leilão, quando o custo marginal, por exemplo o solar, que é quase zero, e o gás aumenta a eletricidade solar é remunerado em função do gás. É daí que advêm as receitas extraordinárias de que tanto se fala. Ora, se Portugal limita, neste caso, o gás, a receita extraordinária deixa de existir. E mais, não só limita a receita extraordinária, como também fixa o preço das renováveis.

Ou seja, em Portugal já temos uma dupla fixação de preços de eletricidade, tanto as renováveis como do gás. Ou seja, não sei onde é que querem taxar os lucros extraordinários. E mais, hoje taxamos os lucros extraordinários, e amanhã subvencionamos as perdas extraordinárias; hoje taxamos os lucros extraordinários, e amanhã atribuímos subsídios para as renováveis. Ora, isto em relação aos lucros extraordinários.

No que diz respeito à fixação dos bens de primeira necessidade, e de facto existe um problema, nós concordamos, obviamente, que a inflação é grave para as pessoas, vai retirar imenso poder de compra, e as pessoas vão passar por dificuldades. Mas os preços, os bens essenciais, nós vamos ter um exemplo aqui em Portugal, que é o gás, o gás de botija tem o preço máximo fixado. E se a CDU for à rua, perguntar aos revendedores de gás



quanto é que eles estão a ganhar por cada botija de gás, vai ficar surpreendido. Será que chega a um euro, atualmente? Será que vamos deixar de ter gás, por causa disso, porque não é economicamente viável vender gás? Muito me surpreenderia se não tivémos um problema de oferta.

Por outro lado, limitar os preços, nós vamos ter outro exemplo, este da Europa Central, não sei se tem conhecimento, mas atualmente 70% das empresas de produção de fermento na Alemanha estão encerradas. E estão encerradas porque não conseguem escoar o produto àquele preço, porque necessitam de gás para a produção, o gás está caro, enfim, os custos de produção aumentaram. A consequência imediata, mesmo sem fixação de preços, vai ser uma falta de pão, ou um preço extremamente elevado deste bem de primeira necessidade. Ou seja, as soluções que nos parecem mais óbvias, mais fáceis, muitas vezes não são as melhores soluções.

Nós defendemos que o mercado deve ser melhor regulado, deve haver aqui um equilíbrio da balança do mercado, digamos assim, em que as regras têm de ser cumpridas, claramente, pelas empresas, pelos produtores, pela oferta, mas fixar, limitar, obviamente, discordamos, e por isso, obviamente, iremos votar com o outro. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** - «Muito bom noite.

Efetivamente, o Partido Socialista está preocupado com o aumento do custo de vida das pessoas, aumento do custo de vida este, provocado pelo aumento dos custos de bens essenciais, como é alimentação, como é a luz

o receio do que venha aí em termos de taxas de juro da habitação, e, nesse sentido, o Governo procurou criar aqui alguns pacotes de emergência e de auxílio mais imediato, quer às famílias, quer às empresas. Devo reforçar que estes pacotes de ajuda e de apoio não são reformas fiscais, portanto, são ações pontuais de apoio, como disse, às famílias e às empresas.

Contudo, queria aqui adiantar que foi aprovado pela Comissão Europeia a definição e a aplicação de uma nova taxa aos lucros excessivos das empresas energéticas. Alguns países já começaram a implementar, outros terão também de o fazer, fruto da deliberação da Comissão Europeia. E, neste momento, enquanto falamos, tanto quando sei e há pouco rapidamente vi nas notícias, ainda decorre a reunião na Concertação Social, onde vamos ver



que entendimentos, quer com os trabalhadores, quer com as empresas, o Governo vai conseguir ter, para o espetável aumento dos ordenados, para o espetável aumento do salário mínimo, o espetável aumento das pensões.

Portanto, entendemos que estas são medidas que estão em curso. Analisando a proposta da CDU, eu creio que peca por propostas mais concretas aqui para o município de Faro. E deixo a sugestão de o senhor Presidente da Câmara e do Executivo Municipal do PSD ver o que, por exemplo, a Câmara Municipal de Lisboa está a fazer, em termos de medidas concretas, de apoiar as empresas e as empresas.

E há dias, quando nós falávamos aqui sobre a possibilidade de quem vai ao mercado municipal ter direito a estacionamento gratuito, a resposta que foi dada foi “os operadores podem comprar”... O facto de o município incentivar, oferecendo o estacionamento a quem compra, a partir de determinado valor, nos operadores, era uma dessas medidas de apoio que deve estar numa proposta do género a ser discutida aqui na Assembleia Municipal. Os vouchers que os vereadores do Partido Socialista propuseram, é algo que deveria estar aqui a ser discutido, nesta medida de apoio para o aumento do custo de vida. Portanto, acompanhando a preocupação, o Partido Socialista irá abster-se nesta moção. Obrigado.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** - «Muito boa noite.

O que saltou à vista, na leitura que efetuámos desta moção, foi a pertinência da expressão exclusão social e pobreza. Transferindo esta expressão para as nossas preocupações locais, temos, neste momento, na cidade de Faro, um crescendo de pedidos de alimentação, e de indivíduos a dormir na rua. Dizer que os vereadores do PS deslocaram-se ao terreno e fizeram um levantamento exaustivo, minucioso e rigoroso a propósito desta realidade. Esperemos que tenhamos ajudado a que a autarquia consiga ter uma visão mais clara e objetiva daquilo que a cidade precisa, nesta área.

Convenhamos que assistir a isto... nós trabalhamos na cidade de Faro, deslocamo-nos e vemos – só de olhos fechados é que não. É aqui que nos concentramos, é aqui que o PS pede à autarquia que se concentre nesses pedidos de ajuda alimentar e nestas evidências de seres humanos a dormir na rua e em casas degradadas, instalações degradadas. Muito obrigada.»



**O membro da AM, Luís Guilherme (CHEGA)** – «Senhor Presidente, na realidade esta é uma situação que é preocupante. Nem vemos bem onde é que isto poderá parar. Como é que se pode combater uma situação destas? Acho que em termos bancários a sociedade ocidental pôs-se a jeito. Mas não quero entrar por aí. O que é que a Câmara Municipal pode fazer em termos sociais? Alguma coisa com certeza que pode. Agora perguntamos: quem é que pode realmente fazer aqui alguma coisa? O Estado Central. E como é que o pode fazer? Através da baixa de alguns impostos. A saber: o caso dos combustíveis, continuamos com o ISP caríssimo e altíssimo. Temos o IMI que nem sequer foi mexido, sei que isto também é sensível para as câmaras municipais; temos deduções em termos de IRS, que não foram mexidas. E temos outro problema que é muito sensível, relativamente ao IVA dos combustíveis. E por que é que o IVA dos combustíveis não desce? Por uma razão muito simples. O Estado não tem margem orçamental, não fez o trabalho de casa como deveria ter feito nos últimos tempos. E isto vai-nos colocar todos numa situação muito complicada. Não só a classe média, como as famílias mais carenciadas, como a todas as empresas. A situação é na realidade preocupante, mas depende essencialmente não das câmaras, mas do poder central poder mexer nisto. Se vai mexer ou não, sinceramente tenho dúvidas. Infelizmente. Obrigado, Sr. Presidente.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Sr. Presidente, em exercício, duas notas apenas. Uma, com a questão do mercado e com o papel que o deus-mercado pode ter na resolução deste problema. Nós estamos a viver uma situação aqui na Europa e no mundo que muitos, quase todos, caracterizam de extraordinária, como que o romper de algo que ainda não se sabe muito o que é que vai ser, mas que alguma coisa há de ser. Que nos cria dificuldades tremendas aos povos europeus, muito fruto de dirigentes partidários em pleno ato de vassalagem aos interesses dos Estados Unidos da América, esquecendo as suas obrigações relativamente aos povos europeus e, aterrando em Portugal, não tenhamos dúvidas, quem vive do trabalho, quem vive das pensões, 80% a 90% está a ficar cada dia que passa mais aflito. Para alguns, a sobrevivência já é duríssima, mas se nós passarmos à maioria do nosso tecido empresarial, constituído por micro, pequenas e médias empresas, a sua situação é problemática. A capacidade de pressionar, do ponto de vista do aparelho político, é diminuta.



Mas nós olhamos para a realidade do nosso Estado, o Governo é socialista, na Assembleia da República tem a maioria absoluta, a maior parte das autarquias deste país são socialistas. Mas as diretrizes e as orientações para a resolução dos graves problemas com que nos defrontamos, não podem vir do PSI 20 e arredores (que já não são vinte, são dezoito). Ou seja, não são os grandes grupos acionistas, a maior parte dos quais já estão nas mãos de capitais estrangeiros, que nos devem dizer o que é que a gente vai fazer. O nosso Estado, o nosso Estado que nos representa a todos nós, tem de intervir, e tem de intervir positivamente para defender capacidades produtivas e para defender redistribuições de rendimentos. E para defender que um quarto ou mais da população deste país não esteja a viver em condições que, daqui a pouco, são infra-humanas. Isto é uma responsabilidade do Estado, não é uma responsabilidade do mercado. E se isto passar para a responsabilidade do mercado nós vamos ter o prolongamento daquilo que está a acontecer aqui no mundo. Está a haver uma redistribuição de rendimentos, está face àquilo que cada país produz, produza um pouco mais ou produza um pouco menos, está a canalizar a maior parte dos rendimentos do trabalho da riqueza produzida para meia dúzia de grandes grupos. E é isso no mundo ocidental. No grande ocidente é uma coisa... bom, não há nenhuma alminha daquelas que pululam por aí que não tenha vergonha e que não diga nada acerca disto. Tem de falar, tem de dizer, porque isto é vergonhoso.

Mas deixemos estas considerações mais gerais e aterremos noutra que eu acho importantíssimo chamar a atenção. A transferência de competências para os municípios poderá ocorrer a partir de 1 de janeiro de 2023. Mas não desafiemos os municípios para tirar o governo do sossego... para tirar não, para desassossegar o governo, dizendo ao governo: deixem-se estar quietinhos que os municípios é que vão resolver o problema. Mas vão resolver o problema como? Com que meios, com que recursos? Se os municípios vierem a ter capacidade para intervir a sério nesta área, têm de ter recursos, têm de ter poder de decisão. A 1 de janeiro de 2023 é isso que vai acontecer? O governo vai transferir recursos para os municípios? Vai transferir poder de decisão para os municípios? Vai transferir capacidade para que, ao nível municipal, as famílias, as pessoas, as atividades produtivas tenham os apoios que precisam, e que a regulação e a



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

intervenção que tem de ser feita seja feita através dos municípios? Então para que é que é o Estado, o Governo, a Assembleia da República e essa gente toda? Disse. Obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício:** Ninguém mais se inscreve para intervir. Vamos passar à **votação.**

Votos a favor – 06

Votos contra – 12

Abstenções – 12

A Moção foi reprovada.

Antes ainda de prosseguir para o ponto seguinte, porque o Sr. Presidente da Junta de Freguesia fez aqui uma referência ao modo como o Presidente em exercício está a tratar os membros desta Assembleia, queria dizer-vos que não passou nunca pela cabeça melindrar ninguém, com a forma como trata aqui os membros da Assembleia Municipal. Queria dizer que o termo deputado municipal é um termo comumente utilizado pelo país fora. Inclusive, está publicado no site da Assembleia Municipal de Lisboa o estatuto dos deputados municipais; no site da Presidência da República pode ler-se que o Sr. Presidente da República foi deputado municipal; porém, se isto vos incomoda ou melindra, não tenho pejo nenhum em tratar-vos pelo nome e associá-los ao partido que aqui representam e continuamos assim a nossa sessão.

Vamos passar então à moção seguinte, também da CDU, Hospital Central do Algarve.»

**O membro da Assembleia Municipal, António Mendonça (CDU) – leitura da moção**

**Moção - HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE**

O Hospital Central do Algarve é há mais de 20 anos um projeto continuamente adiado.

Reconhecendo-se a importância deste projeto estruturante para toda a região, o que aliás está em consonância com o assumido pelos vários governos, não se compreende por que ainda não avançou.

Pretende-se com este equipamento dotar o Algarve de uma resposta com elevado grau de competência para prestar cuidados de saúde de qualidade numa região de reconhecida atração turística.



Estando em causa a prestação de cuidados de saúde a uma vasta população, que no verão triplica, o Hospital Central do Algarve já devia ser uma realidade.

Em 2005, respondendo a uma pergunta formulada pelo Deputado José Soeiro na Assembleia da República sobre a construção do Hospital Central do Algarve, o Governo informou que «O Ministério da Saúde já comunicou que serão cumpridas as promessas eleitorais».

O projeto percorre os governos do PSD e do PS e a 3 de maio de 2008 o governo PS anuncia o lançamento da obra para 2009 e a sua conclusão durante o ano de 2012. O pleno funcionamento estava reservado para 2013. Contudo, nada foi feito e ao contrário do que se perspetivava a obra não avançou.

Em 2011, o governo PSD/CDS-PP voltava a afirmar o Hospital Central do Algarve como uma prioridade nacional, ao mesmo tempo que lhe negava o financiamento, sem nunca resolver esta contradição.

Em maio de 2013 era criado o Centro Hospitalar do Algarve (CHA), o que decorria apenas da fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e do Hospital de Faro, sem que daí viesse a resultar qualquer melhoria da prestação de cuidados de saúde à população.

Em 2016, sob o governo PS, a construção do novo Hospital do Algarve não conhece quaisquer avanços, e deixa de ser uma obra prioritária. O governo limita-se a remeter o projeto para a legislatura seguinte.

A 29 de junho de 2018, a Assembleia da República aprovou o projeto de resolução n.º 1638/XII/3.<sup>a</sup> – Pela célere construção do Hospital Central do Algarve, da autoria do PCP, que daria origem à Resolução da Assembleia da República n.º 247/2018 - Recomenda ao Governo a construção célere do Hospital Central do Algarve para a melhoria dos cuidados de saúde públicos na região algarvia. O governo por seu lado, nada fez, ignorando assim a resolução da Assembleia da República.

A 26 de novembro de 2021, a Assembleia da República aprovou o Projeto de Resolução n.º 1515/XIV/3.<sup>a</sup>, da autoria do PCP, que deu origem à Resolução da Assembleia da República n.º 371/2021, de 28.12.2021.

O PCP e a CDU têm acompanhado com muita preocupação a ausência ou insuficiência de respostas na prestação de cuidados de saúde na região do Algarve.

Os contactos com a população e profissionais de saúde, e as incontáveis visitas que temos promovido com o objetivo de conhecer em detalhe as condições em que são prestados



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

cuidados de saúde não deixam margem para dúvidas quanto à sua necessidade, tendo o PCP e a CDU intervindo sempre na procura de soluções.

Ainda recentemente, foi proposto no âmbito do Orçamento do Estado para este ano, a transferência de verbas para a revisão do programa funcional e elaboração dos projetos de execução de arquitetura e especialidades para a construção do Novo Hospital Central do Algarve. Tal proposta viria a ser rejeitada.

Se o Plano de Recuperação e Resiliência, que tem servido de propaganda ao governo, se destina a implementar um conjunto de reformas e de investimentos, verificamos que o Novo Hospital Central do Algarve não consta da componente reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Defendemos o direito à saúde, assegurado por um Serviço Nacional de Saúde universal em que os cuidados sejam prestados com qualidade e eficácia.

A construção e gestão do Hospital Central do Algarve, num modelo integralmente público e provido dos profissionais necessários incorpora este entendimento.

Nestes termos, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Faro, reunida em 30 de setembro de 2022 [agora a 6 de outubro], delibere:

- **Exigir o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 371/2021, de 28.12.2021, que recomendou ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a Construção do Hospital Central do Algarve, garantindo um modelo integralmente público para a sua construção e gestão.**
- **Enviar esta deliberação para: Presidência da República, Assembleia da República, Governo e órgãos de comunicação social.”**

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS):** Senhor Presidente em exercício, demais membros desta Assembleia Municipal,

É claro e evidente que para o Partido Socialista, e acredito para todos os partidos nesta Assembleia, a construção do hospital é um tema da máxima importância. E, por isso mesmo, o Partido Socialista votou... a grande maioria dos seus deputados na Assembleia da República votaram a favor desta resolução 371/2021. Contudo, caros membros desta Assembleia, eu quero deixar aqui uma mensagem que espero que chegue a todos os nossos partidos e a todos os seus militantes e a todos os seus apoiantes. O Hospital do Algarve é uma prioridade de todos. E nós não podemos, no momento em



que o PSD é oposição, boicotar as iniciativas do PS e quando o PS é poder, boicotar aquelas que foram as iniciativas do PSD no passado.

Portanto, neste momento, publicado em Diário da República, no passado dia 30 de setembro (no dia da nossa Assembleia), foi publicado o despacho 11568-A/2022, onde se solicita com a máxima celeridade que a Administração Regional de Saúde avance com todos os procedimentos, com vista a retomar o processo de construção do Hospital do Algarve. E permitam-me uma vez mais eu reforçar esta ideia. Não é competições em troca de viagens a ver quem faz mais barulho. Não é a procurar boicotar aqueles que agora estão a procurar avançar com isto.

Este é um tema em que precisamos de consensos. Para que quando o Partido que lidera o destino, ou do Governo ou de determinado Município, não nos sintamos impelidos a recuar e a pôr pedras no sapato, porque a ideia foi do outro partido.

Portanto, para o Partido Socialista é óbvio que só vamos ter algum dia o Hospital Central do Algarve, se esta for uma matéria de consenso para a qual todos os partidos contribuem ativamente para isso. E é muito importante que os partidos – e eu reforço, os partidos – conversem com os seus autarcas de toda a região para evitar também que lógicas de pequeno feudo municipal coloquem em causa aquilo que é uma ambição para todos os algarvios.

Por último, não adianta por aqui dizer quem é que pôs... que o Pedro Passos Coelho pôs na gaveta o processo do hospital central, todos sabemos. Todos sabemos que não foi inscrito no Orçamento de Estado para 2022 e agora temos este despacho que exige celeridade. Aquilo que nós temos de fazer é acompanhar essa celeridade e fazer essa pressão.

A moção da CDU termina com a perspetiva de termos o Hospital Central do Algarve 100% público. Lamentavelmente, a bancada do PS na Assembleia Municipal de Faro não acredita que existam verbas e dinheiro disponível neste momento para o fazer, pelo que é bom procurarmos e acelerarmos o que está em curso - que era, aliás, o que já estava em curso antes, o que aconteceu foi que a parceria público/privada teve de ser dissolvida e lançarem novos procedimentos, e impormos as regras que nós queremos da parceria público/privada, porque há uma coisa que eu sei que todos nós



queremos: é ter um Hospital Central do Algarve, integrado no SNS, que sirva os interesses aos Algarvios e de quem nos visita. Obrigado.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD):** «Boa noite, mais uma vez.

A moção que aqui está apresentada parece que a CDU parou no tempo, ou seja, fala em 2013, que era criado o CHA, Centro Hospital do Algarve, embora na década passada foi criado o CHUA, Centro Hospital do Algarve, efetivamente, o Hospital de Faro e Universidade do Algarve e o CHBA, Hospitais de Portimão e Lagos, sem esquecer a ligação ao Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, e afirma ainda que não se compreende porque ainda não avançou.

Eu posso dizer que estamos na presença de múltiplas réplicas, de diferentes moções, apresentadas também por nós, já foi aqui apresentada uma moção, envolvendo a construção do Hospital Central do Algarve, incluindo-se aqui as moções de defesa do Serviço Nacional de Saúde, efetivamente essa moção não passou.

Para nós, este é um tema exaustivamente perquirido, nomeadamente, por pessoas do PSD, por diversas vezes, em múltiplas confluências e por diversas atitudes e iniciativas. Neste tema, basta também lembrar que a CDU se absteve várias vezes nas moções do Hospital, e neste caso, considera-se que na altura, foi preterido a construção do Hospital Central do Algarve, a favor do Hospital do Seixal, o qual se encontrava atrás do Algarve na lista de construção hospitalar elaborada para Portugal através de estudos de mercado de alta qualidade. Efetivamente, houve uma inversão de prioridades, e o Hospital do Algarve não foi executado, também por responsabilidade na altura da maioria parlamentar que existia.

Por isso, nós vamos abster-nos nesta moção, não vamos votar contra, vamos abster porque o PSD, efetivamente, é a favor da construção do Hospital do Algarve. Mas pronto, também gostávamos de lembrar um tema que acho importante, que é o número de médicos insuficiente no Algarve, que é prioritário, e a importância da formação dos médicos, pelo que consideramos lamentável que alguns dos alunos de medicina estejam a ser deslocados para outras regiões, por tempo indeterminado, para a realização de aulas práticas, na sequência de um desentendimento que parece que não tem fim,



quando no fundo nós necessitamos, acima de tudo, de recursos humanos. Portanto, ficamos por aqui, e o PSD vai-se abster. Obrigada.»

**O membro da AM, Elsa Cunha (PAN)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente, em exercício.

Ora bem, o grupo municipal do PAN, nesta Assembleia Municipal de Faro, pretende tecer aqui algumas considerações acerca desta moção da CDU, dizendo já que vamos votar favoravelmente.

Assim sendo, diria que é o conhecimento geral que o Hospital de Faro começou a funcionar em dezembro de 1979, com um projeto que já vinha da década dos anos 60.

Antes, como muitos dos que estão presentes se recordam (eu própria), funcionava nas instalações da Santa Casa da Misericórdia, hoje um lar de terceira idade.

Nos últimos 40 anos, a medicina evoluiu muito, tanto no campo científico, como técnico, pelo que o Hospital de Faro, subfinanciado cronicamente, foi ficando estrangulado nas suas instalações em todos os seus recursos. Concebidas há 50 anos, foi paulatinamente, tornando-se obsoleto, disfuncional, desadaptado à sua missão de tratar uma população que tem vindo a crescer. Não reúne, há mais de duas décadas, condições para cumprir, cabalmente, a missão de hospital diferenciado que lhe é exigida.

Não tem, por exemplo, radiologia de intervenção, cintigrafia, PET scan, nem sequer haveria espaço onde instalar estes equipamentos e estes serviços, e o bloco operatório, assim como a esterilização, são exíguos para as reais necessidades já há bastante tempo.

A fusão dos dois hospitais públicos (Faro e Portimão), numa tentativa de rentabilizar recursos, que já são escassos, foi desastrosa e veio ainda agravar a resposta às necessidades da nossa população.

Para o projeto Centro Hospitalar do Algarve (CHA), que aqui já foi falado, atual Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), não foi efetuado qualquer estudo de viabilidade ou de impacto na saúde algarvia e as consequências são visíveis: perda de profissionais, sobretudo médicos e enfermeiros, com serviços a perder idoneidade formativa por falta de



recursos humanos, como é o caso da cirurgia, serviços que foram obrigados a encerrar como a dermatologia, por falta de médicos, sem falar na distância excessiva entre estas duas unidades hospitalares e o risco que isto representa para a vida dos doentes que são transferidos.

Faça à impotência dos sucessivos governos para resolver estes problemas, os grupos hospitalares privados crescem e florescem, seduzindo os profissionais mais prestigiados dos hospitais públicos, intensificando os problemas, sempre crónicos, na área dos recursos humanos.

É por demais evidente que o Algarve precisa de um novo grande hospital, que seja a âncora do sistema de saúde hospitalar na região e com uma estreita ligação à Universidade do Algarve, de modo a manter o ensino e a investigação na área da saúde. Isto é, um hospital diferenciado, parceiro da Universidade, contribuindo para a vitalidade e o desenvolvimento da própria Universidade e garantindo capacidade formativa para as mais diversas especialidades médicas e cirúrgicas.

Por outro lado, a Universidade, oferecendo aos profissionais de saúde oportunidades para se incorporarem no ensino superior ou na investigação, dará forte incentivo para atrair à região pessoal cada vez mais diferenciado que, acreditamos, obviamente irá incrementar a qualidade dos nossos cuidados de saúde.

Como já foi aqui referido, o Hospital Central do Algarve é, há mais de 20 anos, um projeto continuamente adiado.

O PAN, para concluir, entende que não podemos esperar mais tempo para exigir ao Governo Central que dê uma resposta célere a uma necessidade que é premente na nossa região e cujo adiar se tem revelado altamente danoso para a saúde de todos nós.

Queria só informar que iremos fazer chegar esta nossa declaração de voto para constar na ata. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** - «Em primeiro lugar, dizer que ultimamente fui utente do Hospital de Faro e que os atrasos inerentes de uma secção do Hospital, que é as urgências, mas fui tratado de melhor forma, face às condições atuais. Reparei que um Hospital com 40 anos ainda não substituiu o pavimento, e como arquiteto sou sensível a essas situações.



Bati-me aí há mais dois anos, talvez, para que o Hospital fosse pintado. O Hospital não recebeu pintura até há bem pouco tempo. Referir que também utilizei o novo bloco do Hospital e é um exemplo, pelo menos no tratamento e na forma como eu recebi as minhas consultas.

Ora, o PPM está aqui a ver que neste debate faz falta a regionalização e faz falta um Parlamento regional. É evidente. Nós temos de discutir aonde é que vai ser o Hospital ainda, penso eu. O Hospital do Algarve poderá ser descentralizado. É uma hipótese também, tecnicamente, auscultando todos os profissionais da medicina e todos os técnicos e sobretudo todos os administradores na área da saúde, nós podemos, se calhar, ter um Hospital de uma dimensão menor, com uma outra centralidade. Sim, a favor do novo Hospital, sem dúvida, do Algarve. Mas que localização? Porque é que não debatemos a localização? Nós damos por garantida a decisão e a colocação da primeira pedra. E porque não uma parceria pública/privada? Porque não? Há bons exemplos, pelo menos, há pareceres positivos. Eu estou-me a lembrar da imagem que tenho do Hospital de Cascais, que funciona e teve pareceres internacionais de qualidade, mas ultimamente apareceu um caso, de uma senhora que esteve grávida e teve uma questão complicada e que, praticamente, uma notícia deita abaixo todo o empenho de todos os que trabalham e que labutam nesta área da saúde e que se dedicam exclusivamente a uma área fundamental para nós.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «A questão do Hospital Central do Algarve demonstra como o bipartidismo em Portugal está de facto a limitar o desenvolvimento do país e da região.

Eu lamento que os deputados dos principais partidos na Assembleia da República votem para ficar bem na fotografia, em vez de resolverem os problemas, nomeadamente o problema do Hospital Central do Algarve. Porque, obviamente, somos a favor da construção, muito embora haja a questão, já referida, da falta dos profissionais. Se já hoje é difícil conseguirmos contratar profissionais de saúde suficientes, quanto mais para um hospital adicional.

Por isso mesmo, consideramos que, neste aspeto, o modelo das parcerias público/privadas poderá de facto ser a melhor opção, poderá facilitar esta questão. Porque é evidente que há uma falta de capacidade instalada



hospitalar no Algarve. E se nós pegarmos no número de habitantes e nas camas dos hospitais das várias regiões, verificamos que o Algarve é a segunda pior região de Portugal, só atrás do Alentejo. E isto não é tendo em conta, neste caso, a sazonalidade, o crescimento da população no verão, mas também os habitantes não habituais, que são às centenas de milhares da nossa região.

Em termos de consenso concordo com o que o membro Guilherme Portada referiu há pouco. A localização, a capacidade e dimensão do hospital, consideramos que deve ser a estrategicamente mais favorável, aquilo que de facto os técnicos considerarem e não uma matéria política. E neste sentido, aproveito e coloco esta questão à bancada do PS, se é que o novo concurso incide só na construção e gestão do projeto ou se efetivamente está a ser reavaliada a localização.

Nós defendemos um modelo mais eficiente, aquele que melhor poderá prestar um serviço verdadeiramente universal. No entanto, isto também não quer dizer que assinamos deliberadamente por baixo de qualquer PPP que aparecer pela frente. Exigir isso, enfim, também não poderemos. É essencial, acima de tudo, que o projeto seja transparente. Por isso, espero, espero sinceramente, que desta vez consigamos ter uma visão clara, uma visão transparente e total do projeto. Muito obrigado.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** - «A nota do Conselho do Ministros de 29 de setembro passado é muito sucinta no seu ponto 6. E diz apenas que o Governo determinou dar seguimento ao processo de lançamento de uma nova parceria público/privada para a construção e equipamento do edifício do Hospital Central do Algarve. Ou seja, ao longo de 20 anos, a grande necessidade da construção do Hospital Central do Algarve nunca passou daqui. Também não há nenhum indício que nos tempos mais próximos passe daqui.

Uma das notas que eu quero aqui deixar é a seguinte. Eu constato, com profundo desgosto, devo dizer-vos, que a alma algarvia está profundamente em baixo. A alma algarvia está profundamente em baixo, está em desaparecimento. Então, nós andamos há 20 anos enrolados com isto, não conseguimos passar daqui. A maioria dos deputados do Algarve são do PS. A maioria das autarquias do Algarve são do PS. Está tudo ajoelhado a Lisboa?



Com medo de quê? Com medo de serem Algarvios? Com medo de exigir e pressionar?

E depois, parceria público/privado... Então a nossa elite gestionária, os nossos grandes gestores, só conseguem trabalhar bem com frotas de BMW, último modelo? Não há capacidade de gestão para defesa dos interesses públicos? Não há capacidade de gestão para defesa do que é o interesse do Estado? Não há capacidade de gestão para defesa daquilo que o país precisa, que a maioria dos portugueses precisam?

Chegámos a esta miséria de o Estado não ter dinheiro para construir o Hospital Central do Algarve? Tem de andar à procura de capitais privados para lhe dizerem o que é que há de fazer, o que é que há de construir? Como é que há de negociar com a saúde privada do Algarve? Nós, algarvios, não nos envergonhamos disto? O que é que nós andamos aqui a fazer?

Eu digo-vos com franqueza: isto para mim é mais do que uma questão daquilo que os comunistas, daquilo que a CDU discute, tem como orientação e como princípio, como método de trabalho e como proposta. Vai para lá disso. A mim aflige-me que nós, algarvios, sejamos isto. Precisamos mais uma vez de um consenso alargado, gerido pelos capitais privados, que vai negociar com os investimentos privados da saúde que existem no Algarve. Como é que a gente não os vai *aleijar* muito? Tenhamos vergonha de prolongar mais este teatro, esta comédia, esta desgraça.

Eu lanço um repto aos socialistas algarvios. Tenham coragem, tenham audácia, tenham alma, exijam e pressionem! É para isso que foram eleitos.

Outra. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro (este é um parêntese muito breve), gostei muito da sua apresentação. E digo-lhe frontalmente: esta Assembleia Municipal merecia que estas coisas não lhe fossem apresentadas de raspão, a reboque de uma moção do PPM. Nós temos aqui sessões ordinárias que responsabilizam o Sr. Presidente da Câmara Municipal por dizer o que é que se passa e o que é que de importante se está a fazer, e esta Assembleia Municipal merecia que aquele assunto fosse tratado com essa dignidade.

Para acabar. Foi perceptível que o que está ali, daqui por algum tempo será projeto consolidado. Daqui por mais algum tempo será construção. Se daqui



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

por uns 6 ou 8 anos houver alguma coisa, estamos satisfeitos. A partir daí, 6, 8, 10 anos, pode ser que haja o milagre da transformação daquilo.

Espero que os vindouros tenham oportunidade de se comprazer com as grandes realizações que nós somos capazes de fazer, 20 anos, 30, 40 anos depois de se ter detetado a necessidade. Os tempos modernos não se compadecem mais com isto. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Vamos passar à **votação.**

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota favoravelmente?

Então, a moção foi aprovada com cinco votos a favor, um contra e o resto são abstenções.

Passamos ao voto de repúdio do Partido Chega.»

**O membro da AM, Luís Guilherme (Chega)** - «Sr. Presidente, passo a ler o nosso “Voto de Repúdio pela remoção do nome da cidade de Faro da denominação atual do aeroporto internacional, assim como pelo desrespeito e falta de consideração demonstrados com a Câmara Municipal de Faro, o seu Presidente e Executivo, diversos autarcas eleitos, munícipes farenses e todos os algarvios.

Recentemente, por iniciativa do Partido Socialista, a diversas Assembleias Municipais algarvias, foi apresentada e discutida uma Moção com o objetivo da alterar a denominação do aeroporto de Faro. Na alteração proposta, pretendiam incluir o nome do Almirante Gago Coutinho, desse modo prestando homenagem ao navegador de ascendência algarvia. Todavia, argumentado pelos membros do Partido supracitado, o nome da cidade seria para manter.

De facto, na Resolução do Conselho de Ministros, n.º 57/2022, de 15 de junho, é decidida a alteração, passando a denominar-se Aeroporto Gago Coutinho. Lamentavelmente, conforme podemos constatar, o nome da cidade de Faro é levemente obliterado da nova denominação, ao contrário do defendido pelos membros de Assembleia Municipal socialistas. Esta foi uma atitude desonesta e uma afronta aos munícipes farenses e a todos os algarvios. Esta omissão deliberada do nome da capital do Algarve na nova denominação do aeroporto internacional, é nada mais nada menos de uma desprezível ofensa e uma falta de respeito para com os algarvios, bem como para com a região.



*Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022*

*Ata nº. 17*

A acrescentar à mofina situação, eis que no passado dia 7 de setembro, quarta-feira, dia em que Faro celebrou 482 anos de elevação a cidade, sucede-se outro manifesto exemplo do que a política não deve ser. À margem do programa do Dia da Cidade, o Sr. Primeiro-Ministro presidiu à cerimónia da nova denominação oficial da infraestrutura aeroportuária, a qual contou também com as presenças da Ministra da Defesa e do Ministro das Infraestruturas e Habitação. Estranhamente, quem não esteve presente foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, o qual, quer por mera incompetência e/ou por completo desrespeito institucional por parte do Governo, não foi convidado, tendo tido conhecimento da realização da referida cerimónia através de convite enviado pela Ana Aeroportos. Vergonhosamente, não houve qualquer cuidado por parte do Governo em informar sobre a presença do Primeiro-Ministro da capital algravia, nem tão pouco qualquer interesse em tentar conciliar agendas. Tratou-se não apenas de uma profunda falta de consideração e de um total desrespeito pela Câmara Municipal de Faro, pelo seu Presidente e Executivo, mas também pelos restantes autarcas eleitos, pelos farensos e pelos algarvios.

Este é o tipo de situações que, quer aconteçam por desconsideração, quer por falta de atenção, ou por incompetência, definitivamente descredibilizam a política e os seus atores. Nós, enquanto munícipes farenses e algarvios, não nos revemos nestes atos gratuitos de prepotência e de desrespeito, atos que de forma alguma, elevam o espírito democrático.

Assim sendo, não devemos condescender com este tipo de posturas. Neste sentido, propõe a bancada do CHEGA, a esta Assembleia Municipal, a aprovação do presente Voto, no qual repudiamos a remoção do nome da cidade de Faro na denominação atual do aeroporto, bem como o desrespeito e falta de consideração com a Câmara Municipal de Faro, com seu Presidente e Executivo, com todos os autarcas eleitos e com os munícipes farenses e todos os algarvios.

Sendo a deliberação favorável, notifique-se a Assembleia da República, o Governo e o Exm<sup>o</sup> Senhor Presidente da República.”

Obrigado, Sr. Presidente.

**O membro da AM, Victor Cantinho (PPM)** - «Em relação a esta situação caricata que se verificou no Dia da Cidade, com o Presidente da Câmara de um lado e o Primeiro-Ministro do outro, não se contribui para a coesão territorial.

Ganhou a deliberação da Assembleia Municipal de S. Brás de Alportel. Valha-nos que S. Brás de Alportel na altura era freguesia de Faro. E,



naturalmente, se Gago Coutinho nasceu em S. Brás de Alportel, ou nos arredores (há uma tese escrita sobre isso), ele foi, muito provavelmente, um farenses. E a mim apraz-me dizer que o aeroporto da minha terra, Maputo, teve o nome de Gago Coutinho. Este almirante – e aqui o Sr. Presidente já explicou e bem numa Assembleia Municipal – é o promotor do delineamento dos limites e dos mapas de Moçambique e de Angola. É ele que faz a marcação desses limites que se mantêm atuais. Mas o aeroporto Gago Coutinho de Maputo perdeu o nome, naturalmente, porque as pessoas não têm uma cultura como a nossa. Nós não podemos sobrepor as condições políticas de momento, a coisas que são tão importantes e tão marcantes, para além de outras, como foi a independência do Brasil.

Gago Coutinho passa a ter um nome transferido para o aeroporto de Faro. Eu congratulo-me com esse facto. Nas etiquetas não deixa de aparecer lá FAO, portanto o nome de Faro, não é aí que se vai apagar. Eu acho que foi termos perdido a candidatura à capital europeia da cultura, e que temos que discutir aqui nesta Assembleia, porque é que nós perdemos, porque é que não fomos tão... Apesar de todo o esforço que foi feito na entrega da candidatura e das equipas que estiveram lá envolvidas, é isto porque muitas vezes nos esquecemos do historial importante e destas figuras que são de nível internacional, estão já em outra galáxia, e nós continuamos a ser provincianos no mau sentido. E cá está mais um aspeto de que não funcionou a nível local, a atribuição do nome de Gago Coutinho.

Eu tinha outro nome, D. João, Mestre de Avis, que é também importante e que as pessoas ainda não deram o devido valor. Muito obrigado.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – Era só para lembrar, Sr. Presidente, que o nome – do ponto de vista de dar nomes – foi uma pena ser tão comprido, mas estava muito correto, era: Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Gostei. Francamente, gostei. À parte disso, vai continuar a ser sempre o Aeroporto de Faro. O de Lisboa vai continuar a ser o Aeroporto de Lisboa e o do Porto do Aeroporto do Porto.

Já disse aqui que Faro é um território, é uma população que merece mais respeito. Mas está excelente o texto da moção que o Chega apresenta, Nós só não votamos favoravelmente porque a questão essencial não está ali...



Enquanto a gente anda a brincar com estas coisas, para nos divertirmos todos uns aos outros um bocadinho, quem manda nestas questões do Aeroporto, são os capitais franceses e é a Vinci. E a Vinci tem-nos todos presos pela mão, como julgo que todos têm acompanhado. De maneira que enquanto a gente se distrai aqui com estas questiúnculas, a Vinci vai ganhando e bem, e vai mandando melhor ainda. E a gente vai aguentando. Porque, pelos vistos, os portugueses têm uma grande capacidade de aguentar. Uma muito grande capacidade de aguentar. Porque senão, já tinham dado uma sacudidela valente nesta brincadeira toda. Tenho dito.»

**O membro da AM, Célia Gonçalves (BE)** - «Eu pensei não intervir nestas questões, mas não posso deixar de dizer que quando veio cá, não sei se foi uma moção ou uma recomendação, relativamente à mudança do nome, o Bloco de Esquerda foi o único que votou contra, todos os outros aqui, abstiveram-se ou votaram a favor. Obrigada.»

*Não havendo mais intervenções, foi posto à votação o Voto de Repúdio apresentado pelo Chega*

Votos a favor – 17 (10PSD,02CDS,01CH,01IL,01MPT,01PPM, 01PAN)

Votos Contra – 09 (PS)

Abstenções – 04 (03CDU,01BE)

*Aprovado por maioria.*

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - Vamos passar à recomendação seguinte, e dou a palavra para a apresentação ao grupo parlamentar do PAN.»

**O membro da AM, Elza Cunha (PAN)** - «Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício.

#### **Recomendação**

##### Apoiar os municípios a poupar nas faturas da energia

Considerando que:

- Se avizinha um longo inverno por fruto do contexto de guerra que vivemos na Europa;
- A União Europeia está a planear uma "reforma profunda e abrangente do mercado da eletricidade" e a estratégia para tornar a UE mais independente, do ponto de vista



energético, da Rússia está assente em aumentar as energias renováveis, mobilizar a economia de energia e diversificar as fontes de energia;

- Investir em painéis solares e bombas de calor, juntamente com a renovação de edifícios e medidas de eficiência energética, nos aproximará do Compromisso do Acordo de Paris, ao mesmo tempo isola o regime invasor de Putin e mitiga a pobreza energética;
- A nível nacional também está prevista a implementação de uma estratégia nacional de combate à pobreza energética;
- As autarquias são um nível de governação bastante próximo dos cidadãos e cidadãs com um papel muito importante na descarbonização e no combate à pobreza energética;
- A transição para energias renováveis só é possível com ações efetivas de todos: organizações públicas e privadas e também os cidadãos e cidadãs individualmente;
- É necessário que o município atue de forma preventiva, o mais rapidamente possível;
- Queremos um município justo e resiliente que aposte na utilização eficiente de energia, na produção e armazenamento de energia renovável.

Face ao exposto, vem o grupo municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Faro, na sua sessão Ordinária de 30 de setembro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Faro que:

1. Crie um espaço de proximidade ou uma linha de esclarecimento e apoio aos e às munícipes, com o objetivo de dotar as pessoas e/ou famílias da informação necessária para reduzirem os seus custos com energia através da implementação de medidas de eficiência energética e de produção descentralizada de energia renovável assim como apoio à submissão de candidaturas às oportunidades de financiamento nacional nesta área;
2. Intervenha no apoio e dinamização de novas comunidades de energia renovável no município;
3. Dote os prédios de habitação municipal, edifícios camarários e outras áreas impermeabilizadas, de painéis de captação de energia renovável - solar, com baterias -, que permitam servir a habitação, edifícios públicos e escolas próximas e aumentar a autoprodução municipal de energia reduzindo a pegada ecológica e financeira dos consumos e gastos exorbitantes de energia no município.”»

**O membro da AM, Victor Cantinho (PPM)** - «Muito rapidamente, falar desta guerra energética que está a acontecer. Temos de ser cada vez mais



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

autónomos em termos de energia, que começa pela regionalização, também, da energia e temos de começar a falar disso e pensar que quanto mais se produzir de energia localmente, e e o PPM já fez propostas nesta Assembleia Municipal, mais contribuímos para a descentralização energética e não vamos embarcar em situações centralistas insustentáveis. Muito obrigado.»

*Não havendo mais intervenções, a Recomendação foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.*

### **O membro da AM, Elza Cunha (PAN)**

#### **RECOMENDAÇÃO**

##### Por uma transição para fogos de artifício silenciosos e celebrações mais ecológicas

No Município de Faro são vários os momentos marcados pelo rebentamento de fogos de artifício. Apesar destes serem sinónimo de festa e de alegria, também representam alguns riscos.

Nesse sentido, considerando que:

- Os fogos de artifício tradicionais utilizam bombas que explodem com elementos químicos que são altamente poluentes, compostos por pólvora, mistura de enxofre, carvão e salitre;
- A poluição atmosférica, ocorrida pela detonação dos mesmos, leva a concentrações elevadas de poluentes gasosos, como o dióxido de enxofre, óxidos de nitrogénio e outras partículas finas altamente prejudiciais à saúde;
- O remanescente que cai no chão, contém resíduos poluentes de propulsores e corantes não queimados, enquanto que as partículas expelidas no ar acabam por se depositar nos solos contaminando-os ou são levadas pelas chuvas em direção ao mar e Ria Formosa.
- O lançamento de foguetes está associado à ignição de incêndios;
- São recorrentes os acidentes com pessoas que lançam estes foguetes;
- Os espetáculos pirotécnicos tradicionais podem atingir no momento da explosão mais de 120 decibéis (db), o mesmo que um martelo pneumático.
- É hoje amplamente conhecido o impacto negativo que o ruído estrondoso tem nos bebés e crianças, pessoas que sofrem de perturbações do espectro autista, pessoas idosas, pessoas com determinadas enfermidades, refugiados de guerra e em animais domésticos e silvestres que reagem ao mesmo com medo, susto, desespero e angústia perante o ruído destas celebrações;



- Em relação aos animais, em particular os cães, a sua audição é muito mais apurada que a do ser humano fazendo com que o som dos estrondos seja percebido de uma forma muito mais intensa e que por isso o barulho, associado ao medo, desencadeia respostas fisiológicas de stress, que resultam numa resposta de luta ou fuga;
- Todos os anos, sobretudo depois das celebrações da passagem de ano, existem relatos do desaparecimento de vários animais de companhia após o lançamento do fogo de artifício e que muitos fogem apavorados, acabam perdidos ou atropelados ou que na ânsia da fuga, terminam enforcados nas correntes que os prendem e que alguns têm convulsões, ataques epiléticos, tremores, surdez ou ataques cardíacos;
- Os danos causados pelo barulho das explosões também atingem animais silvestres, sobretudo os pássaros que com as explosões têm uma reação instintiva de fuga que, combinada com a falta de visibilidade noturna, causa a morte de muitas aves decorrente do choque com as estruturas urbanas durante o voo;
- Existem fogos de artifício sem estrondos e sem barulho que têm vindo a ser experimentados com sucesso um número crescente de cidades do mundo, combinando este espetáculo com música de fundo e projeções audiovisuais, espetáculos de video mapping e laser, preservando o espetáculo de cor, eliminando o tão prejudicial ruído, reduzindo a poluição e risco para a saúde pública;

Então, existindo outras alternativas que satisfazem o espírito festivo, impõe-se repensar a continuação da utilização de fogos de artifício tradicionais, ruidosos e poluentes, nas celebrações do município, respeitando o bem-estar de todos: bebés, crianças, grávidas, idosos, doentes, animais e meio ambiente.

Face ao exposto, a Representação Municipal do PAN propõe, que a Assembleia Municipal de Faro, delibere recomendar à Câmara Municipal de Faro:

1. O desenvolvimento de uma campanha de sensibilização/informação sobre os impactos negativos da utilização de artefactos pirotécnicos nas festas e celebrações do município, nomeadamente no ambiente, nas pessoas mais vulneráveis e nos animais;
2. A preferencial utilização de formas mais ecológicas de celebração e sem poluição atmosférica, sonora e ambiental, como o video mapping e espetáculos de laser;
3. A eliminação do uso de segmentos de fogos de artifício mais ruidosos que são normalmente utilizados no início e no final das celebrações, visando a redução do limite máximo de decibéis utilizados;



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

4. O estabelecimento de locais de lançamento de fogo de artifício que acautele o bem-estar de pessoas e animais, longe de parques, abrigos e canis para animais, bem como de hospitais ou outras instituições onde se encontrem pessoas mais suscetíveis de sofrerem com o ruído.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** – «Está aberto o período para a discussão.»

**O membro da AM, Vitor Cantinho (PPM)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

A festa popular com artefatos pirotécnicos e a necessidade popular de celebração uma vez por ano, acho eu, ou noutras com menos intensidade, não justificam esta exposição. Portanto, desta vez não vamos acompanhar o PAN.

Mas lembrar que eu tinha idealizado no plano da água, o espelho da água que vai ser, ou seria, a doca de Faro, possibilita mecanismos para espetáculos coreográficos, que já não são novos. Por exemplo, na Expo de Sevilha tivemos espetáculos de laser e com projeções em leques de água, de imagens de cavalos, de todo tipo de animais, pombas, etc. Eu sei lá o que eu vi ali, tudo disparado em laser para uma superfície líquida e com uma impressão que me ficou para sempre. Muito obrigado.»

*Não havendo mais intervenções, passou-se à votação da Recomendação, a qual foi aprovada por maioria.*

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Vamos passar à moção do Partido Social Democrata sobre a cerimónia de batismo do aeroporto Gago Coutinho.»

**O membro da AM, Cátia Gomes (PSD)** - «Boa noite. Passo então a ler a Moção.

“MOÇÃO

#### **Cerimónia de batismo do Aeroporto Gago Coutinho**

A desconsideração e o desrespeito institucional que aconteceu no dia 7 de setembro por parte do Sr. Primeiro-Ministro em relação a Faro é um ato inqualificável e insultuoso para o nosso município e para os farenses.



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

Sabendo que o dia 7 de setembro era o Dia da cidade de Faro, o governo decidiu fazer coincidir o batismo do aeroporto com as cerimónias oficiais de Faro, o que ultraja o Município e os seus eleitos.

Ou simplesmente o governo ignorava que esse era o Dia de Faro, o que ofende todo o concelho e os seus habitantes.

Estamos crentes que Faro, como cidade e capital de distrito, merecia mais respeito e consideração!

Um primeiro-ministro que marca uma cerimónia em Faro, no Dia da Cidade, à revelia dos órgãos próprios desse município, à mesma hora da sessão solene desse concelho, em que se homenageiam as personalidades insignes dessa terra e ainda convida para a ocasião muitos dos que tinham sido convidados para essa cerimónia, não merece o respeito nem o crédito dos farenses.

Terminou assim da pior maneira um processo que começara mal, ao arrepio do interesse do concelho de Faro e da vontade expressa nesta casa. Recorde-se que a Assembleia Municipal de Faro, através de uma moção que tinha sido aprovada por uma larga maioria, tinha recomendado ao governo que o Aeroporto Internacional de Faro tivesse a designação de Aeroporto Internacional de Faro - Almirante Gago Coutinho. Não só o governo ignorou esta vontade expressa, como ainda teve o requinte pérfido de a traição se consumir no dia de aniversário do nosso concelho.

A Assembleia Municipal de Faro não pode deixar passar em claro esta ofensa torpe e expressa nesta reunião o seu mais veemente repúdio por esta situação vergonhosa que desprestigiou o Sr. Primeiro- Ministro e o governo por si liderado, como também ensombrou a memória do almirante Gago Coutinho, que merecia uma cerimónia digna e isenta de manchas.

Neste sentido, exige-se que o Sr. primeiro-ministro faça publicamente um pedido de desculpas a Faro e aos farenses e que não partidarize o cargo que ocupa nem se deixe tomar pela arrogância absoluta que lhe traz a sua maioria.

***Em caso de aprovação, este voto deverá ser enviado ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Presidente da República e aos órgãos de comunicação social."***

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, efetivamente o Partido Socialista não pretende aqui alimentar questiúnculas, discussões que pouco valor trazem



ao nosso município. Nós registamos que efetivamente o Sr. Presidente da Câmara foi convidado para esta iniciativa, mas apenas decidiu torná-la pública, esse convite público, no dia 6 de setembro. Eu, enquanto membro do Partido Socialista e os demais membros da nossa bancada, assim como, acredito eu, qualquer outro membro da Assembleia Municipal gostaria de ter sabido desse conflito de agendas, a não ser pela comunicação social no dia 6 e depois nos discursos que foram feitos em plena sessão da Assembleia Municipal.

Acredito que, com boa vontade e com informação e partilha do conflito que existia, da nossa parte na bancada da Assembleia Municipal de Faro, teríamos envidado os nossos esforços para mitigar esse conflito, mas foi decidido pelo Sr. Presidente usar isso como um argumento para discutir contra Lisboa.

Entretanto, eu estive a ver e estive a confirmar e o site do aeroporto, continua a ser o Aeroporto de Faro. Ainda há dias estava a fazer umas pesquisas de viagens e continuo à procura de voos de Faro, como todas as outras cidades. Qualquer turista que queira vir para o Algarve continua a procurar o aeroporto de Faro. E eu creio, e nós cremos todos, que é bastante redutor continuarmos a discutir e a querer afirmar a capitalidade de Faro, a capital do Algarve, com base no nome do aeroporto. Talvez não tenham reparado, mas desde há uns dias para cá, existe ali na ponta aérea, bem junto à entrada do aeroporto, ali a palavra “Faro” em grande: Aeroporto Gago Coutinho Faro.

Aquilo que eu acredito que nós estamos aqui a discutir, é porque é que Faro já estava a perder a sua capitalidade antes da mudança do nome do aeroporto. Faro está a perder a sua capitalidade em termos de respostas na área de educação; Faro está a perder a sua capitalidade em termos de respostas na área da habitação; Faro está a perder a sua capitalidade em termos de respostas na área da mobilidade e dos transportes; Faro está a perder a sua capitalidade nas respostas do apoio ao setor social, e isso não indigna o PSD, nem faz com que o PSD traga emoções pela perda da capitalidade que Faro está a ter, resultado de 12 anos de liderança da direita à frente do município de Faro. Portanto, todos queremos a capitalidade de Faro.



Vamos lá concentrar-nos naquilo que é o nosso dever e nas medidas que nós temos de apontar negativamente, positivamente, e construir Faro com todos, com o apoio de todos, para que nos afirmemos mesmo como a capital do Algarve e que não deixemos estar assente em nomes de aeroportos aquilo que nós afirmamos ser a nossa capitalidade. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** - «Senhor Presidente, agradeço que se considero cumprimentado.

Eu, fazendo duas ou três intervenções – não precisarei disso, fiz isso inicialmente, *ipsis verbis*, António Costa, há três ou quatro dias na televisão: *As maiorias absolutas são para funcionar e quando esta maioria absoluta tiver que funcionar, eu ponho a funcionar.* António Costa.

Hoje eu reconheço que a bancada do Partido Socialista acrescentou à anterior da Assembleia Municipal alguma massa crítica e, desde logo, o meu caro amigo Guilherme Portada. Mas, meu caro, há que separar as suas intervenções positivas e a favor do município e aquelas que, efetivamente, aqui têm sido feitas relativamente ao aeroporto de Faro e à questão da habitação. O aeroporto de Faro, há três ou quatro elementos da bancada do PS, entre eles o meu caro amigo, que só não esteve a titubear e perguntando depois à Tatiana como é que havia de votar (que assisti a isso plenamente), porque havia aí mais gente que dizia que o aeroporto internacional de Faro Gago Coutinho ia ficar assim mesmo. Portanto, eu espero que hoje, coerentemente com essa posição que aqui assumiram quando eu intervinha, façam o voto que devem fazer, porque isso é que é fazer política.

Portanto, meu caro amigo, eu não tenho culpa nenhuma de não estar ainda totalmente recuperado de uma intervenção cirúrgica que fiz recentemente e os meus amigos aproveitarem a minha ausência para meterem aqui uma moção contra o Presidente da Assembleia Municipal que nós queremos muito e não admitiremos qualquer crítica ao Presidente da Assembleia Municipal, porque o órgão tem funcionado autenticamente democrático e, como eu disse aqui na última Assembleia, acrescentou-lhe agora, em termos democráticos e de progressão desta Assembleia Municipal, as Comissões.

E os meus amigos, durante dois meses, tiveram na gaveta, não sei quem foi, se o Luís Coelho, vocês responsabilizam-no a ele, alguns de vocês,



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

possivelmente, por ter lá metido o regulamento que o presidente da Câmara aqui trouxe sobre a venda da habitação lá na Carreira de Tiro... E, portanto, na minha ausência fizeram mal as contas e, portanto, isso não se faz.

Já lhe disse, o meu amigo tem massa crítica e tem acrescentado aqui na Assembleia, mas tem de fazer, sob pena de... nós ainda hoje vamos votar uma moção favoravelmente, vossa, mas com a indicação já expressa de que o PSD não está mais na disponibilidade da destruição feita no mandato 13/17 na Câmara, 17/21 na Assembleia Municipal e, portanto, neste mandato, meu amigo Mendonça, não haverá mais regabofe, porque nós não vamos permitir isso. Nós temos uma maioria *ipsis verbis* como António Costa, quando tivermos que a fazer funcionar, vamos fazê-la funcionar aqui! Vamos fazê-la funcionar aqui. Não há mais regabofe nenhum. Terminou!

E, portanto, meus caros amigos, o que se passou com o Aeroporto Gago Coutinho, por parte do senhor Primeiro-Ministro, é uma desonra para Faro e foi um desprezo total para com o Presidente da Câmara Municipal, contrariamente ao que aqui acabou de ser dito.

Portanto, com base no que eu aqui acabei de dizer, alerto a bancada do PS – eu não falo em nomes nunca de pessoas – alerto a bancada do PS para o que acabei de dizer. Ainda vamos hoje votar uma moção vossa, porque consideramos que a Marta Temido, à saída da porta, quis enganar mais uma vez a população aqui do sítio. E, portanto, vocês fazem muito bem vir com isso, contra o vosso próprios governo, acho que fazem bem.

Agora, fica expresso e dito isto. Duas questões. Quero ver a posição daqueles que efetivamente quase me mandaram calar quando eu falava sobre o Aeroporto Gago Coutinho, e vocês disseram: “não, Aeroporto Gago Coutinho vai chamar-se Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho”. Eu ouvi plenamente as pessoas que disseram isso. E são pessoas com credibilidade. E que uma delas, na última Assembleia Municipal, aqui teve uma posição muito positiva relativamente a essa atitude, quando eu me ausentei e vocês contaram mal os votos.

Portanto, se alguma coisa está errada na Comissão da Habitação, por quem o meu amigo fortemente lutou, não fomos nós. Foram vocês que, durante dois meses, não reuniram a Comissão de Habitação. Portanto, fica claro tudo isto aqui na Assembleia Municipal.



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

Termina hoje o regabofe a que o António Mendonça... Críticas diretas à pessoa do Presidente da Câmara, ofensivas; críticas diretas ao Presidente da Assembleia Municipal, ofensivas – tudo isso terminou hoje aqui, porque nós vamos fazer exercer a nossa maioria absoluta, como o António Costa disse que vai fazer funcionar a sua, ainda que, de vez em quando, vá pedir ao Luís Montenegro que lhe dê uma ajudazinha no Aeroporto de Lisboa. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** - «Obrigado, Sr. Presidente.

Independentemente das conversas que tive com o Sr. Gameiro Alves, dirijo-me ao Sr. Presidente, que está em exercício neste momento na Assembleia Municipal, porque muitas vezes as moções estão a ser discutidas e leva-se com intervenções políticas que nada têm a ver com aquilo que estamos a discutir. Há, de facto, aqui um lavar de roupa suja que nada tem a ver com as moções, e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem a obrigação e o dever, de pôr de alguma ordem, porque há questões que estão aqui que extravasam de facto aquilo que se está a discutir.

Agora, com esta última intervenção do meu amigo Gameiro Alves, de facto, eu podia dizer que esta noite, esta história das moções vale o que vale, mas intervenções “de pôr ordem, pôr disciplina”, mas o que é isto? Onde é que nós estamos?!

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu solicito a V. Ex<sup>a</sup>. que, nas discussões das moções, que se limitasse a discutir, de facto, aquilo que está em causa nas moções: discutir, debater, dar opinião em relação às moções. Agora, aproveitar as moções para, de facto, fazer intervenções políticas, eu, como mesmo da Assembleia Municipal, não me sinto bem.

Não queria intervir e quero intervir o mínimo possível, mas, de facto, assim não vamos lá. Então, defende-se a democracia, defende-se a participação do cidadão, pretende-se que o cidadão possa ouvir os membros da Assembleia Municipal, que têm que intervir, têm que opinar em relação àquilo que se está a discutir. Muito obrigado.»

*Não havendo mais intervenções, foi posta a moção à votação, obtendo-se o seguinte resultado:*



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

Votos a favor – 18 (10PSD,02CDS,01CH,01MPT,01PPM,01BE,01PAN)

Votos contra - 08 (PS)

Abstenções – 04 (01PS,03CDU)

A moção foi aprovada por maioria.

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «De imediato, passo a palavra ao grupo parlamentar do Partido Socialista para apresentar um Voto de Solidariedade para com as mulheres vítimas de discriminação e violência no Irão.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** - «Bem, este é um tema que nos traz aqui, e a verdade é que quando nós preparámos esta moção, já há mais de uma semana, eu confesso que eu próprio me questionava, olhava para a ordem de trabalhos da última Assembleia, olhava para como as coisas no Irão evoluíam, e eu próprio me questionava “será que isto não se acalma? Será que isto não se resolve até lá?” E a verdade é que ainda hoje continuamos a ter pessoas que são presas, que são mortas, jovens mulheres que são intimidades, porque pura e simplesmente decidem retirar o véu.

Eu vou ler aqui o voto, se me permitirem.

#### Voto de Solidariedade para com as mulheres vítimas de discriminação e violência no Irão

No passado dia 15 de setembro, Masha Amini, mulher iraniana de 22 anos, foi presa e brutalmente assassinada pela “política da moral e dos costumes” do Irão, enquanto se encontrava sob sua custódia.

Segundo a polícia, Masha foi presa por não estar a usar o véu (hijab) de forma adequada. O véu, que usava na cabeça, deixava um pouco do cabelo à mostra e isso foi suficiente para um crime desta natureza. É este o tipo de fiscalização e de violência, física e psicológica, que as mulheres iranianas são alvo diariamente.

Esta jovem, cheia de vida pela frente, deslocou-se a Teerão para visitar a família e acabou morta por uma polícia do regime que considerou a atitude de Masha uma afronta ao islão.

Todas as mortes são sem sentido, sobretudo aquelas que têm o fanatismo e a intolerância como motivação.

Desde a lamentável morte de Masha, muitos cidadãos iranianos, sobretudo as mulheres e os mais jovens, manifestam-se, cortam os seus cabelos e queimam os seus hijabs, em sinal



protesto no Irão. De acordo com a ONU e outras ONG's, estes projetos já provocaram a morte de outras dezenas de mulheres, homens e crianças, vítimas de repressão e violência por parte das forças policiais locais, assim como a prisão de centenas de iranianos que pretendem mudar o curso do seu país e a forma como são tratados. Aquilo que começou como um grito de revolta, transformou-se num movimento nacional que exige o fim da ditadura no Irão.

Perseguir e violentar alguém por causa da roupa que veste é ofender a sua liberdade individual, a sua liberdade de expressão.

Perseguir e violentar alguém que se manifesta pacificamente é ofender a sua liberdade de reunião e de manifestação.

É por isso necessário indignarmo-nos, manifestarmo-nos e pressionarmos as representações diplomáticas deste e de outros países, onde estes crimes continuam a acontecer, a adotarem mudanças urgentes na forma como tratam as suas populações e responsabilizá-los pelo cumprimento dos Direitos Humanos nos seus territórios.

Pelas vítimas desta tragédia e pela existente desigualdade, temos de lutar para que os véus da sociedade ou a sua ausência sejam sempre uma escolha e nunca uma obrigação.

A Assembleia Municipal de Faro, reunida em 30 de setembro de 2022, delibera:

- Emitir um voto de solidariedade para com as mulheres iranianas vítimas destas atrocidades, assim como para com o povo iraniano que resiste e procura mudar o estado do seu país;
- Emitir o seu protesto contra a forma como o governo iraniano perpetua essas barbaridades e procura oprimir os protestos pacíficos no Irão.
- Encarregar o senhor presidente da Assembleia Municipal de Faro de enviar o presente voto à embaixada iraniana em Lisboa, na pessoa do senhor embaixador Morteza Damanpak Jami e à embaixadora portuguesa em Teerão, na pessoa do Senhor Embaixador José Manuel da Costa Arsénio.
- Dar conhecimento deste voto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português e à comunicação social."

Isto está pior do que estava quando eu escrevi esta moção, e pode ser do outro lado do mundo, mas devemos continuar a indignar-nos enquanto quer uma mulher ser forçada a usar o véu, quer uma mulher não poder não usar, for uma obrigação. Obrigado.»



**O membro da AM, Luís Guilherme (Chega)** - «Sr. Presidente, sinceramente gostei de ver esta moção. Acho que nós não fazíamos melhor relativamente à comunidade muçulmana e relativamente ao que está a passar no Irão. Mas há aqui uma coisa que eu gostaria que fosse aqui acrescentada, que é este tipo de solidariedade com as mulheres, não só no Irão, como também mulheres em Portugal.

Notícia do Público, de 6 de fevereiro de 2022: “Haverá mais de 6.500 vítimas de mutilação genital a viver em Portugal. Pouco mais 10% estão sinalizadas pelo SNS”.

Notícia do DN: “ONU diz que Portugal deve acabar com o casamento entre menores.

Notícia da SIC Notícias, de 01/08/2021: “Mais de 500 casamentos com menores nos últimos 5 anos em Portugal”.

Isto tem uma coisa a ver com a outra? Para nós, tem. É uma questão de liberdade. É uma questão de princípio. Estamos a falar no Irão, estamos a falar em Portugal. Gostaria que pensássemos um bocadinho sobre isto, porque se o que se está a passar com o regime xiita no Irão é algo degradante e repugnante, temos aqui, se calhar, alguns telhados de vidro bem fininhos que os deveríamos resolver. Deixar isto aqui só à vossa consideração. Obrigado.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** - «Boa noite a todos.

Nós vamos votar a favor. De facto, esta situação das mulheres vítimas de discriminação e violência no Irão choca bastante, é repugnante. Devia haver mais manifestações. No entanto, o que é certo é que a passividade e a cultura, enfim, um pouco acomodada das nossas culturas faz com que, em geral, não apareçam este tipo de manifestações.

De qualquer forma, eu acho que, de facto, em Portugal, infelizmente, não estamos também livres da discriminação das mulheres, de outras formas e de outros formatos, e elas acontecem em todos os setores, desde profissionais, à questão da capacidade de acesso, à remuneração, à forma como se possa chegar aos cargos de chefia, às lideranças, etc. Tenho dito. Obrigado. »



**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** - «Muito boa noite. Em reforço da nossa moção, lembrar que, quando uma borboleta bate as asas numa parte do mundo, provoca uma tempestade do outro lado. Portanto, esta questão, aqui apresentada pelo Partido Socialista, revela-se de uma perigosa... como é que eu ia dizer isto, acaba por ter uma incidência sistémica, porque, à medida que vamos constatando estas usurpações da liberdade das mulheres, parece-nos que há um efeito de replicação, noutros formatos, mas sendo igualmente atentados à liberdade. Vejamos nos Estados Unidos as leis, o retrocesso da legislação no que diz respeito às mulheres.

Vejamos em Portugal os homicídios que acontecem no enquadramento da violência doméstica dirigida às mulheres. E vamos por aí a fora, é importante que tenhamos presente que todas estas ocorrências são variáveis que contribuirão para resultados que nenhum de nós tem vontade que lá cheguemos. E em todos os países há sinais de retrocesso na liberdade das mulheres. Portanto, esta questão pode parecer distante, mas ela tem repercussões, ela tem influência, ela vai criando outro tipo de reações neste enquadramento que, ao que parece, os países com outras culturas, ainda assim sentem que esse caminho é possível. É muito importante que tenhamos esta perceção. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Sérgio Martins – Presidente da Junta de Freguesia de St<sup>a</sup>. Bárbara de Nexe (CDU)** – «Muito obrigado, Senhor Presidente.

Efetivamente, choca-me que uma mulher seja assassinada por mostrar um pouco do seu cabelo. Choca-me que aqui em Portugal tenhamos violência doméstica e assassinato de mulheres, não por muçulmanos, mas por cristãos, praticantes, alguns deles, e não é por mostrar em uma madeixa. Mas também me choca uma certa indignação seletiva, porque estamos todos chocados com o que se passou no Irão com as mulheres, e solidários com a luta daquelas mulheres, solidários com a luta em todo o mundo, de todas as mulheres que lutam pela emancipação, de vários tipos de sociedade, umas religiosas, outras não religiosas. Mas uma indignação seletiva, porque ali, do outro lado, ali um pouco mais abaixo, fazem igual ou pior às mulheres, não têm direito a conduzir sequer, na Arábia Saudita (já têm, recentemente sim, já têm) e nós lá vamos, não indignados coletivamente, mas lá vamos pedir petróleo.



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

Custa-me que daqui a um mês vamos estar todos a celebrar um Mundial de Futebol feito à base de uma escravatura e do assassinato de milhares de pessoas. Agora e depois, também não há indignação sobre essa questão.

Como não há indignação sobre os carregamentos de gás natural que estão a chegar da Nigéria, onde existe extremismo religioso e milhares, milhões talvez, de mulheres sujeitas a tudo e mais alguma coisa. Também não existe. E esta indignação seletiva é uma coisa que, pelo menos a mim, me causa muita, muita confusão. Nós somos indignados por um lado, mas depois já não somos indignados por outro. A Venezuela era o pior dos mundos, agora o Estados Unidos já diz que é o melhor dos mundos, porque o petróleo é muito bom, e andamos aqui, para um lado e para o outro, indignamo-nos com algumas coisas, não nos indignamos com outras. E muitas das vezes, quando nos indignamos com algumas coisas, há uma mão que também está assim, por trás, um bocado a embalar...

E vamos em caminhos muito, muito perigosos; ainda há pouco estava a ler as notícias, condenando a invasão da Ucrânia à partida, mas agora já temos o nosso querido presidente da Ucrânia, a pedir um ataque nuclear preventivo da Nato sobre a Rússia. Este caminho que nós vamos trilhando, não nos vai augurar coisas muito boas, especialmente para a Europa, que andamos a reboque de muita coisa, e estamos a ficar atrás de muita coisa.

*Não havendo mais intervenções, passou-se à votação do Voto de Solidariedade*

Votos a favor – 26 (09PSD,02CDS,01IL,01CH,01PPM,01MPT,09PS,01BE01PAN)

Votos contra – 00

Abstenções – 03 (CDU)

*O voto de solidariedade foi aprovado por maioria*

*(Não estava presente no momento da votação Francisco Soares (PSD))*

*Passou-se então à moção do grupo municipal do PS “Construção do Hospital Central do Algarve”.*

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** - «Basicamente, esta foi uma moção que foi preparada pela nossa camarada, Tatiana Homem de Gouveia, que a escreveu antes da publicação do referido Despacho em que se



determina que com celeridade a ARS e demais organismos competentes encetem os necessários trabalhos e esforços para avançar com o Hospital do Algarve.

Nós somos os primeiros a dizer que esta prioridade para o Algarve tem sido adiada ao longo dos últimos anos. Somos os primeiros a dizer que temos de inverter a crise estrutural que tem assolado a região, do ponto de vista da saúde. Somos os primeiros a dizer que esta tem de ser uma verdadeira e uma grande prioridade.

Como repararão, existe aqui um pequeno lapso de escrita, onde se refere segundo trimestre, aqui a nossa camarada queria escrever terceiro trimestre, e foi precisamente no último dia do terceiro trimestre que decidiram publicar o dito Despacho. E o Partido Socialista conversou – manteremos, não manteremos a moção? – e, de forma praticamente unânime, vem a moção porque nós queremos transmitir em assembleia municipal, com proposta escrita, de que tudo faremos para que o Hospital Central do Algarve avance e que não nos vamos contentar com despachos, publicações e estudos até o Hospital estar construído. E que precisamos de todos, de todos, para esta obra, não sendo apenas responsabilidade do Partido Socialista mas também responsabilidade do Partido Comunista porque também no Algarve tem autarcas que têm o dever e o papel de, na AMAL, fazer pressão para que exista um consenso alargado sobre a construção do Hospital Central do Algarve. Este é um papel de todos, porque independentemente de no Algarve existirem 12 Câmaras do Partido Socialista, 3 do PSD e uma da CDU, todos os partidos que aqui estão representados suportam e compõem maiorias, quer em executivo, quer em assembleia municipal para fazer aprovar as suas propostas.

Portanto este é um desígnio, efetivamente, de todos e este é o repto que nós queremos deixar aqui e que de nossa parte esperamos e faremos pressão para que o Ministério da Saúde, que chega agora com uma renovada equipa, concretize e avance com o Hospital Central na região, é algo estrutural e fundamental para todos. Obrigado.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** – De facto, nós, o PSD, sempre pugnou para que esta ambição seja alcançada, sempre pugnou, durante muitos anos. Portanto, é claro que concordamos que todos os contributos



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

que possam conduzir a alcançar esse objetivo são positivos. No entanto, lamenta-se que só agora, ao fim de sete anos de governação, o PS fez o primeiro passo. Portanto, neste sentido, consideramos que nos vamos abster, na medida em que nós consideramos que isto é tardio. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Luís Guilherme (Chega)** - «Senhor presidente em exercício, minhas senhoras e meus senhores, passámos da hipocrisia dos mundos de Amã, para a hipocrisia do Hospital de Faro...

E é assim: ouvimos aqui há pouco que é uma prioridade de todos. Falou-se nos boicotes PSD e PS, todos os partidos têm que contribuir para o novo hospital... Só para lembrar que nós, em abril, iniciamos em todas as assembleias municipais uma proposta para a construção do novo Hospital Central do Algarve e foram todas chumbadas pelo Partido Socialista e pela CDU. Nós somos diferentes, aprovámos a da CDU e vamos aprovar a do Partido Socialista, porque para nós as pessoas estão em primeiro lugar.

E só queria também dar aqui uma achega e um conselho ao Partido Socialista. Quando o senhor Primeiro-Ministro vier a lançar a primeira pedra para o novo hospital, deem-lhe só um conselho para ele cuidado com as outras seis ou sete que lá estão, que ele pode tropeçar... Obrigado.»

*Não havendo mais intervenções, a Moção foi posta à votação, obtendo-se o seguinte resultado*

Votos a favor – 16 (09PS, 01IL,03CDU,01BE,01PAN,01CH)

Votos contra – 00

Abstenções – 14 (10PSD,02CDS,01MPT,01PPM)

*A moção foi aprovada por maioria.*

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Penso que o Sr. Presidente quer falar?»

**Presidente da Câmara Municipal** - «Muito obrigado, Sr. Presidente. Um parenteses, desculpem, mas estou aqui desde as oito horas e apetecia-me muito falar. Mas eu só pedi a palavra para **defesa da honra**.



Assembleia Municipal de Faro  
06/10/2022

Ata nº. 17

Queria dar aqui uma nota e, na defesa da honra, pedir ao PS, em particular, isto é um problema partidário, mas que é emanado daqui, se alguém tiver, como está dito, num *post* no Facebook... eu já disse aqui para muitas pessoas e volto a repetir, quando alguém tiver provas de uma ilegalidade feita por mim, pelo município do qual eu sou representante, tem aqui ao lado a Polícia Judiciária e tem ali em cima o Ministério Público. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

E, desta forma, chegamos ao fim dos trabalhos da sessão do dia de hoje. pelo que dou por encerrada a sessão. Muito obrigado.»

---

*Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.*

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário

O 2º Secretário